

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
4 - NIRE 35300050274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2306	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2291	13 - FAX -
14 - FAX -	15 - E-MAIL presidencia@eletropaulo.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Britaldo Pedrosa Soares			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-7049	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2504	14 - FAX -
15 - FAX -	16 - E-MAIL britaldo.soares@aes.com		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	3	01/07/2009	30/09/2009	2	01/04/2009	30/06/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Antonio de A. Navarrete					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 120.817.178-08		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	66.605	66.605	66.605
2 - Preferenciais	100.739	100.739	100.739
3 - Total	167.344	167.344	167.344
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	13/08/2009	Dividendo	24/09/2009	ON	1,8189875480
02	RCA	13/08/2009	Dividendo	24/09/2009	PN	2,0008863030

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMIÇÃO (Reais)
---------	--------------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 03/11/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETRIPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
1	Ativo Total	12.292.247	12.091.451
1.01	Ativo Circulante	3.848.662	3.696.615
1.01.01	Disponibilidades	1.143.411	989.077
1.01.01.01	Numerário disponível	1.068.413	913.683
1.01.01.02	Numerário em trânsito	(2.094)	(2.323)
1.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	77.092	77.717
1.01.02	Créditos	2.213.710	2.115.323
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	2.213.710	2.115.323
1.01.02.02.01	Consumidores, conc. e permissionários	1.448.961	1.298.025
1.01.02.02.02	Tributos e contrib. socias compensáveis	584.023	592.557
1.01.02.02.03	Tributos e contrib. socias diferidos	189.854	227.174
1.01.02.02.04	Serviços prestados	25.213	22.674
1.01.02.02.05	Devedores diversos	8.094	9.172
1.01.02.02.06	Contas a receber - acordos	168.980	92.919
1.01.02.02.07	Outros créditos	103.440	102.858
1.01.02.02.08	Provisão p/ créd. de liquid. duvidosa	(314.855)	(230.056)
1.01.03	Estoques	45.284	47.558
1.01.03.01	Almoxarifado	45.284	47.558
1.01.04	Outros	446.257	544.657
1.01.04.01	Compensação de variação da parcela A	439.134	532.714
1.01.04.02	Despesas pagas antecipadamente	7.123	11.943
1.02	Ativo Não Circulante	8.443.585	8.394.836
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.816.934	1.770.360
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.723.261	1.675.261
1.02.01.01.01	Consumidores, conc. e permissionários	1.953	2.031
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. socias compensáveis	83.423	82.076
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. socias diferidos	990.806	876.949
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	461.309	519.492
1.02.01.01.05	Contas a receber - acordos	263.461	114.583
1.02.01.01.06	Outros créditos	139.173	145.052
1.02.01.01.07	Provisão p/ créd. de liquid. duvidosa	(216.864)	(64.922)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	93.673	95.099
1.02.01.03.01	Compensação de variação da parcela A	88.414	89.497
1.02.01.03.02	Despesas pagas antecipadamente	5.259	5.602
1.02.02	Ativo Permanente	6.626.651	6.624.476
1.02.02.01	Investimentos	9.499	11.033

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Bens e direitos p/ uso futuro	5.437	4.707
1.02.02.01.07	Outros investimentos	4.062	6.326
1.02.02.02	Imobilizado	6.451.224	6.440.714
1.02.02.03	Intangível	165.928	172.729
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
2	Passivo Total	12.292.247	12.091.451
2.01	Passivo Circulante	3.553.627	3.519.520
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	536.797	540.410
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	780.432	767.795
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	936.741	662.610
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais	901.085	628.584
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	35.656	34.026
2.01.05	Dividendos a Pagar	343.486	317.537
2.01.05.01	Dividendos declarados	342.874	316.923
2.01.05.02	Juros s/capital próprio - TJLP	612	614
2.01.06	Provisões	91.677	140.284
2.01.06.01	Provisões p/ litígios e contingências	91.677	140.284
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	864.494	1.090.884
2.01.08.01	Obrigações estimadas	78.181	67.603
2.01.08.02	Folha de pagamento	3.019	2.722
2.01.08.03	Encargos de dívida	51.242	88.013
2.01.08.04	Obrigações c/ entidade de prev. privada	104.255	314.578
2.01.08.05	Compensação de variação da parcela A	95.286	100.170
2.01.08.06	Cosip	41.840	37.599
2.01.08.07	Operações de swap cambial	14.310	12.813
2.01.08.08	P&D, eficiência energética, EPE e FNDCT	218.679	215.800
2.01.08.09	Encargos do consumidor a recolher	73.266	58.274
2.01.08.10	Conta a pagar - Banco Santos	98.424	96.913
2.01.08.11	Outros	85.992	96.399
2.02	Passivo Não Circulante	5.225.722	4.971.037
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.225.722	4.971.037
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	251.635	251.179
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	1.400.030	1.345.276
2.02.01.03.01	Provisões p/ litígios e contingências	1.400.030	1.345.276
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	2.524.057	2.324.582
2.02.01.06.01	Tributos e contrib. sociais	186	320
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	488.292	504.869
2.02.01.06.03	Obrigações c/ entidade de prev. privada	1.899.896	1.728.248
2.02.01.06.04	Reserva de reversão	66.085	66.085
2.02.01.06.05	Compensação de variação da parcela A	61.651	18.767
2.02.01.06.06	Outros	7.947	6.293

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2009	4 -30/06/2009
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.512.898	3.600.894
2.05.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629
2.05.01.01	Capital social subscrito e integralizado	1.057.629	1.057.629
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.086.190	2.104.949
2.05.03.01	Ativos Próprios	2.086.190	2.104.949
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	98.279	98.279
2.05.04.01	Legal	98.279	98.279
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.07.01	Ações próprias em tesouraria	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	331
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	270.799	339.706
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.339.846	9.184.051	3.064.668	8.629.126
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.227.719)	(3.329.045)	(1.103.803)	(3.089.137)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.112.127	5.855.006	1.960.865	5.539.989
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.748.146)	(4.962.337)	(1.673.728)	(4.655.552)
3.05	Resultado Bruto	363.981	892.669	287.137	884.437
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(6.665)	(73.528)	(62.427)	(121.910)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	8.472	(39.047)	(66.633)	(101.595)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	61.800	209.363	81.077	220.692
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(53.328)	(248.410)	(147.710)	(322.287)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(60.421)	(184.927)	(67.738)	(202.854)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	7.093	(63.483)	(79.972)	(119.433)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.603	5.643	16.444	20.695
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(16.740)	(40.124)	(12.238)	(41.010)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	357.316	819.141	224.710	762.527
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	357.316	819.141	224.710	762.527
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(213.576)	(424.030)	(83.273)	(254.479)
3.11	IR Diferido	91.568	142.590	6.810	(12.256)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	235.308	537.701	148.247	495.792
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	167.344	167.344	167.344	167.344
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,40613	3,21315	0,88588	2,96271
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	633.891	857.850	516.361	1.309.649
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	534.637	1.122.851	90.180	544.580
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	235.308	537.701	148.249	495.792
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	96.291	284.328	93.951	275.438
4.01.01.03	Variação Monetária/Cambial	28.036	75.270	(23.806)	(198.799)
4.01.01.04	Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	(7.310)	12.996	32.732	64.491
4.01.01.05	Tributos e Contribuições Sociais Diferid	(91.568)	(142.590)	(81.268)	(151.645)
4.01.01.06	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 371	45.171	135.519	23.547	70.640
4.01.01.07	PCLD - Não Circulante	239.272	252.689	(13.140)	(22.389)
4.01.01.08	Variação de Valores Itens da Parcela A	(10.563)	(33.062)	(90.085)	11.052
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	99.254	(265.001)	426.181	765.069
4.01.02.01	Consumidores e Revendedores	(150.862)	(70.478)	20.950	203.771
4.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais	(118.539)	(194.322)	61.027	5.833
4.01.02.03	Serviços Prestados	(2.539)	(2.340)	635	(8.009)
4.01.02.04	Devedores Diversos	1.078	(4.600)	1.734	(5.439)
4.01.02.05	Almoxarifado	2.274	547	(4.164)	(10.956)
4.01.02.06	Contas a Receber - Acordos	(198.319)	(186.611)	4.709	25.525
4.01.02.07	Outros Créditos	4.733	5.903	51.327	282.182
4.01.02.08	Compensação Var. de Itens da Parcela A	124.462	17.073	75.349	112.524
4.01.02.09	Cauçôes e Depósitos Vinculados	66.028	107.685	(23.972)	(135.759)
4.01.02.10	Despesas Pagas Antecipadamente	4.134	(5.010)	4.107	(13.831)
4.01.02.11	Fornecedores	1.920	(39.239)	83.545	68.883
4.01.02.12	Tributos e Contribuições Sociais	406.518	395.968	100.236	276.113
4.01.02.13	Encargos de Dívidas	(66.734)	(151.821)	(31.547)	(30.010)
4.01.02.14	Provisões para Litígios e Contingências	6.147	38.894	33.915	79.735
4.01.02.15	Encargos Tarifários do Consumidor a Rec	14.933	(4.744)	15.665	20.922
4.01.02.16	Compensação Var. de Itens da Parcela A	18.764	47.046	20.996	(124.928)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2009 a 30/09/2009	4 -01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 30/09/2008 a 30/09/2008
4.01.02.17	Obrigações Estimadas, Folha de Pgto.	(14.744)	(218.952)	11.669	18.513
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(95.939)	(318.107)	(120.086)	(242.807)
4.02.01	Aquisições do Ativo Imobilizado	(100.117)	(326.578)	(125.459)	(307.613)
4.02.02	Enc. Financ. e Efeitos Inflacionários	(6.273)	(22.954)	(8.053)	(24.189)
4.02.03	Recebimento Venda de Bens Direitos	0	0	0	10.770
4.02.04	Consumidores Participações Financeiras	9.796	31.425	18.297	51.074
4.02.05	Investimentos	0	0	0	32.427
4.02.06	Tributos e Contrib. Terrenos Revaliados	655	0	(4.871)	(5.276)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(383.618)	(938.185)	(446.529)	(803.253)
4.03.01	Ingresso de Novos Empréstimos	(10)	526	0	0
4.03.02	Dicidendos Pagos	(296.776)	(662.587)	(357.611)	(575.861)
4.03.03	Pagamento de Empréstimos	(2.986)	(20.391)	(42.432)	(63.125)
4.03.04	Pagamento Previdência Privada	(83.846)	(255.733)	(46.486)	(164.267)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	154.334	(398.442)	(50.254)	263.589
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	989.077	1.541.853	1.352.930	1.039.087
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.143.411	1.143.411	1.302.676	1.302.676

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.104.950	98.279	339.706	332	3.600.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.104.950	98.279	339.706	332	3.600.896
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	235.308	0	235.308
5.05	Destinações	0	0	0	0	(322.721)	0	(322.721)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(322.721)	0	(322.721)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(331)	(331)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	(331)	(331)
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(18.760)	0	18.506	0	(254)
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação	0	0	(18.760)	0	18.506	0	(254)
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.086.190	98.279	270.799	1	3.512.898

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	537.701	0	537.701
5.05	Destinações	0	0	0	0	(322.721)	0	(322.721)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(322.721)	0	(322.721)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1	1
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1	1
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	1	0	0	1
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(56.727)	0	55.819	0	(908)
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação	0	0	(56.727)	0	55.819	0	(908)
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.086.190	98.279	270.799	1	3.512.898

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As informações trimestrais - ITR da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, Leis n°s 6.404/76, 9.457/97, 10.303/01, 11.638/07, Lei n° 11.941/09, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 03 de novembro de 2009. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n° 505, datada de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das informações trimestrais - ITR e a data da autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

Estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

Em cumprimento às determinações do Despacho ANEEL n° 2.877, de 1º de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (passivo regulatório). De acordo com esse Despacho, os registros contábeis de passivos regulatórios devem estar associados à correspondente redução na receita de fornecimento. Anteriormente a esse Despacho, o reconhecimento de um passivo regulatório, era registrado como parte da despesa operacional que o originou (energia

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

comprada, encargos de transmissão, etc.), de acordo com as orientações vigentes à época.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de possibilitar a comparabilidade, as despesas correspondentes aos passivos regulatórios, registradas no terceiro trimestre de 2008, estão sendo reclassificadas de acordo com essa nova sistemática contábil.

3. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Saldos em 30.9.2009						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	230.121	240.864	48.835	519.820	(91.697)	428.123
Industrial	43.669	37.909	50.009	131.587	(40.417)	91.170
Comercial	132.782	70.639	46.744	250.165	(44.951)	205.214
Rural	115	91	18	224	(4)	220
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.688	709	2.671	5.068	(369)	4.699
Estadual	7.352	1.666	308	9.326	(127)	9.199
Municipal	6.498	2.073	9.254	17.825	(5.787)	12.038
Iluminação pública	14.545	544	2.183	17.272	(1.350)	15.922
Serviço público	10.782	9.952	7.081	27.815	(5.792)	22.023
Total - Faturado	447.552	364.447	167.103	979.102	(190.494)	788.608
Não Faturado	447.714	-	-	447.714	-	447.714
Total	895.266	364.447	167.103	1.426.816	(190.494)	1.236.322
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Encargos do uso da rede	1.315	-	-	1.315	-	1.315
Energia no curto prazo - CCEE	13.737	-	-	13.737	-	13.737
EMAE	1.562	-	-	1.562	-	1.562
Transmissoras	503	-	-	503	-	503
Desconto da TUSD	5.028	-	-	5.028	(856)	4.172
Total	22.145	-	-	22.145	(856)	21.289
Total - CIRCULANTE	917.411	364.447	167.103	1.448.961	(191.350)	1.257.611
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
EMAE	1.953	-	-	1.953	-	1.953
Total - NÃO CIRCULANTE	1.953	-	-	1.953	-	1.953
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	919.364	364.447	167.103	1.450.914	(191.350)	1.259.564

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Saldos em 30.6.2009						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	197.033	185.079	46.256	428.368	(90.136)	338.232
Industrial	41.105	30.511	59.341	130.957	(29.249)	101.708
Comercial	110.116	62.436	37.270	209.822	(44.015)	165.807
Rural	142	65	16	223	(2)	221
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.116	790	506	2.412	(369)	2.043
Estadual	6.334	5.702	340	12.376	(151)	12.225
Municipal	2.720	1.336	8.339	12.395	(5.797)	6.598
Iluminação pública	12.049	369	2.249	14.667	(1.391)	13.276
Serviço público	9.155	5.673	5.051	19.879	(5.936)	13.943
Total - Faturado	379.770	291.961	159.368	831.099	(177.046)	654.053
Não Faturado	422.368	-	-	422.368	-	422.368
Total	802.138	291.961	159.368	1.253.467	(177.046)	1.076.421
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Encargos do uso da rede	861	-	-	861	-	861
Energia no curto prazo - CCEE	33.769	-	-	33.769	-	33.769
EMAE	3.370	-	-	3.370	-	3.370
Transmissoras	671	-	-	671	-	671
Desconto da TUSD	5.887	-	-	5.887	(4.390)	1.497
Total	44.558	-	-	44.558	(4.390)	40.168
Total - CIRCULANTE	846.696	291.961	159.368	1.298.025	(181.436)	1.116.589
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
EMAE	2.031	-	-	2.031	-	2.031
Total - NÃO CIRCULANTE	2.031	-	-	2.031	-	2.031
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	848.727	291.961	159.368	1.300.056	(181.436)	1.118.620

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	30.9.2009	30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	318.433	160.074
Contribuição social	107.535	54.390
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	3.029	2.960
ICMS	49.914	50.328
Cofins	17.382	16.387
Pis	4.280	4.064
Finsocial	83.070	303.973
Outros	380	381
Subtotal	584.023	592.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8	(1.951)	(1.951)
Saldo líquido de PCLD	582.072	590.606
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	56.277	55.834
ICMS	27.146	26.242
Subtotal	83.423	82.076
Total Geral	667.446	674.633

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	30.9.2009	30.6.2009
ATIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	50.256	60.134
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	139.598	167.040
Subtotal	189.854	227.174
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	205.270	176.940
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	785.536	700.009
Subtotal	990.806	876.949
Total do Ativo	1.180.660	1.104.123
	30.9.2009	30.6.2009
PASSIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(9.438)	(9.007)
Imposto de renda sobre reavaliação	(26.218)	(25.019)
Subtotal	(35.656)	(34.026)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(121.016)	(123.904)
Imposto de renda sobre reavaliação	(336.155)	(344.177)
Contribuição social sobre atualização dos depósitos judiciais	(8.238)	(9.738)
Imposto de renda sobre atualização dos depósitos judiciais	(22.883)	(27.050)
Subtotal	(488.292)	(504.869)
Total do Passivo	(523.948)	(538.895)
Total Geral - Líquido	656.712	565.228

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30.9.2009	30.6.2009	30.9.2009	30.6.2009
a) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM nº 371/00	1.612.805	1.634.176	1.612.805	1.634.176
Provisão para contingências	1.470.533	1.464.386	609.165	611.283
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	525.030	288.289	525.030	288.289
Operações de Swap	57.700	54.764	57.700	54.764
Gratificações	31.133	26.927	31.133	26.927
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	-	19.059
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciables	(1.449.493)	(1.476.785)	(1.449.493)	(1.476.785)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(91.532)	(108.203)	(91.532)	(108.203)
Materiais e serviços	10.065	6.494	10.065	6.494
Outros	(6.726)	(6.839)	(6.726)	(6.839)
Base de cálculo	2.159.515	1.883.209	1.298.147	1.049.165
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	539.878	470.803	116.834	94.425

	30.9.2009		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2009	139.598	50.256	189.854
2010	117.586	42.331	159.917
2011	73.610	26.499	100.109
2012	68.968	23.086	92.054
2013	71.919	25.891	97.810
2014	284.255	26.551	310.806
2015	52.657	18.957	71.614
2016	60.510	21.784	82.294
2017	42.027	15.129	57.156
2018	14.004	5.042	19.046
	925.134	255.526	1.180.660

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Contas a Receber - Acordos

	30.9.2009	30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo (i)	75.454	-
Prefeituras municipais diversas	24.374	23.624
Consumidores	67.626	67.381
Outros	1.526	1.914
Subtotal	168.980	92.919
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 8	(75.454)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 8	(12.177)	(13.852)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	(15.448)	(14.653)
Saldo Líquido de PCLD	65.901	64.414
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo (i)	150.907	-
Prefeituras municipais diversas	99.534	102.624
Consumidores	12.985	11.914
Outros	35	45
Subtotal	263.461	114.583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 8	(150.907)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	(63.561)	(62.795)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 8	(1.646)	(2.127)
Saldo Líquido de PCLD	47.347	49.661

- (i) Tendo em vista o recebimento em 03 de agosto de 2009 da primeira parcela do Termo de Confissão de Dívida assinado com a Prefeitura do Município de São Paulo, destacamos abaixo os efeitos em resultado neste trimestre decorrentes do registro efetivo do acordo.

Registro do acordo com a PMSP - Efeitos no Resultado do trimestre

Receita	
Contas a receber - Recuperação de Perdas	303.661
	303.661
Despesa	
Iluminação Pública	(621)
PCLD	(226.361)
	(226.982)
Impacto no EBITDA	76.679
Receita Financeira	
Correção do contas a receber	39.678
Lucro Antes dos Impostos	116.357
Impostos e Contribuição Social Corrente	(116.735)
Impostos e Contribuição Social Diferido	76.962
	(39.773)
Lucro Líquido	76.584

A Companhia acordou com a Prefeitura que 50% dos valores recebidos serão investidos nas instalações do próprio município, visando a redução do consumo de

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

energia e custos associados, inclusive em iluminação pública e enterramento de redes aéreas.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Outros Créditos

	30.9.2009	30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	415	225
Financiamento à Cesp	515	565
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	24.403	23.824
Programa Baixa Renda	42.809	42.807
Alienação de bens e direitos	25.518	26.175
Outros	9.780	9.262
Total	103.440	102.858
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Financiamento à Cesp	5.053	5.546
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	49.055	50.140
Programa Reluz - PMSP	15.123	18.132
Programa Reluz - PMSBC	535	535
Bens e Direitos Destinados a Alienação	25.622	25.585
Outros	787	2.116
Total	139.173	145.052

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo em 30.6.2009	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 30.9.2009
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº 3	177.046	50.530	(37.082)	190.494
Serviços Prestados	13.749	314	(3)	14.060
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 6	13.852	(1.198)	(477)	12.177
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 6	14.653	795	-	15.448
Contas a Receber - acordos - PMSP	-	75.454	-	75.454
Contas a Receber - liminares - plano cruzado	4.169	-	-	4.169
INSS - auxílio doença - nota nº 4	1.951	-	-	1.951
TUSD - resolução 166/05 - nota nº 3	4.390	856	(4.390)	856
Outros	246	-	-	246
Total	230.056	126.751	(41.952)	314.855
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a Receber - acordos - PMSP	-	150.907	-	150.907
Serviços Prestados	-	750	-	750
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 6	62.795	766	-	63.561
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 6	2.127	(481)	-	1.646
Total	64.922	151.942	-	216.864
Total Geral	294.978	278.693	(41.952)	531.719

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA

Saldos em 30.9.2009						
Parcela "A"	CVA					TOTAL
Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009	Período após 4.6.2009 até 4.6.2010		
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	592	45.030	1.226	46.848
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	193	14.972	2.443	17.608
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	367	-	28.417	-	28.784
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	1.298	55.450	-	56.748
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	56	6	62
Transporte de energia pela rede básica	-	-	140	6.343	800	7.283
Compra de energia elétrica	-	1.992	-	185.850	21.415	209.257
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	36.836	3.212	40.048
Proinfa	-	-	525	31.807	164	32.496
Subtotal	-	2.359	2.748	404.761	29.266	439.134
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	3.677	3.677
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	7.329	7.329
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	616	616
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	18	18
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	2.400	2.400
Compra de energia elétrica	-	-	-	-	64.246	64.246
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	9.637	9.637
Proinfa	-	-	-	-	491	491
Subtotal	-	-	-	-	88.414	88.414
Total	-	2.359	2.748	404.761	117.680	527.548
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(2.866)	-	-	-	(2.866)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(554)	-	(6.365)	(6.919)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(872)	-	-	(13.980)	(14.852)
Compra de energia elétrica	-	(2.709)	(1.526)	-	-	(4.235)
Ajuste Financeiro e Outros	(13.532)	-	-	(12.894)	-	(26.426)
Proinfa	-	(2.326)	-	-	-	(2.326)
Revisão Tarifária	-	-	-	(37.662)	-	(37.662)
Subtotal	(13.532)	(8.773)	(2.080)	(50.556)	(20.345)	(95.286)
NÃO CIRCULANTE						
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	(42.557)	(42.557)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	-	-	(19.094)	(19.094)
Subtotal	-	-	-	-	(61.651)	(61.651)
Total	(13.532)	(8.773)	(2.080)	(50.556)	(81.996)	(156.937)
Total Geral - Líquido	(13.532)	(6.414)	668	354.205	35.684	370.611

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 30.6.2009					
Parcela "A"	CVA					
Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009	Período após 4.6.2009 até 4.6.2010	TOTAL	
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	789	57.987	-	58.776
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	258	19.281	-	19.539
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	3.146	-	-	-	3.146
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	1.731	71.840	-	73.571
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	72	-	72
Transporte de energia pela rede básica	-	-	187	8.174	-	8.361
Compra de energia elétrica	-	-	-	278.225	-	278.225
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	248	49.115	-	49.363
Proinfa	-	-	700	40.961	-	41.661
Subtotal	-	3.146	3.913	525.655	-	532.714
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	9.136	9.136
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	2.538	2.538
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	2.299	2.299
Compra de energia elétrica	-	-	-	-	67.605	67.605
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	1.306	1.306
Proinfa	-	-	-	-	6.613	6.613
Subtotal	-	-	-	-	89.497	89.497
Total	-	3.146	3.913	525.655	89.497	622.211
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.821)	-	-	-	(3.821)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(738)	-	-	(738)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(1.162)	-	-	-	(1.162)
Compra de energia elétrica	-	(3.612)	(2.035)	-	-	(5.647)
Ajuste Financeiro e Outros	(18.043)	-	(249)	(17.192)	-	(35.484)
Proinfa	-	(3.101)	-	-	-	(3.101)
Revisão Tarifária	-	-	-	(50.217)	-	(50.217)
Subtotal	(18.043)	(11.696)	(3.022)	(67.409)	-	(100.170)
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	(17.670)	(17.670)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	(1.097)	(1.097)
Subtotal	-	-	-	-	(18.767)	(18.767)
Total	(18.043)	(11.696)	(3.022)	(67.409)	(18.767)	(118.937)
Total Geral - Líquido	(18.043)	(8.550)	891	458.246	70.730	503.274

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	30.9.2009				30.6.2009	
	Custo Histórico	Reavaliação		Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	(*)	1998	2007	(*)	(*)	(*)
Em Serviço						
Distribuição	7.753.759	1.391.914	1.441.254	(3.964.370)	6.622.557	6.567.639
Terrenos	121.483	792.982	286.280	-	1.200.745	1.198.845
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	272.414	4.963	(54.686)	(116.153)	106.538	92.976
Máquinas e Equipamentos	7.294.336	601.980	1.209.660	(3.808.459)	5.297.517	5.258.289
Veículos	34.962	(4.302)	-	(22.273)	8.387	9.269
Móveis e Utensílios	30.564	(3.709)	-	(17.485)	9.370	8.260
Administração	228.290	(19.778)	42.105	(134.158)	116.459	116.402
Terrenos	1	4.499	31.037	-	35.537	35.537
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.172	2.637	11.057	(4.490)	14.376	14.569
Máquinas e Equipamentos	84.504	(4.103)	11	(57.702)	22.710	23.472
Veículos	46.211	(1.719)	-	(21.509)	22.983	20.909
Móveis e Utensílios	92.402	(21.092)	-	(50.457)	20.853	21.915
Comercialização	34.613	850	7.156	(18.205)	24.414	25.073
Terrenos	224	2.686	6.753	-	9.663	9.662
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.105	(117)	403	(745)	2.646	2.665
Máquinas e Equipamentos	18.647	(324)	-	(11.390)	6.933	7.325
Veículos	380	(136)	-	(244)	-	-
Móveis e Utensílios	12.257	(1.259)	-	(5.826)	5.172	5.421
Atividade Não Vinculada	65.249	23.960	1.402	(45.512)	45.099	45.665
Terrenos	36	4.721	-	-	4.757	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(480)	283	288
Máquinas e Equipamentos	64.673	13.071	1.402	(45.026)	34.120	40.576
Móveis e Utensílios	84	5.861	-	(6)	5.939	43
Subtotal	8.081.911	1.396.946	1.491.917	(4.162.245)	6.808.529	6.754.779
Em Curso						
Distribuição	193.071	-	-	-	193.071	233.984
Administração	15.498	-	-	-	15.498	14.283
Comercialização	203	-	-	-	203	191
Atividade não Vinculada	16	-	-	-	16	105
Subtotal	208.788	-	-	-	208.788	248.563
Obrigações Especiais Vinculada à Concessão	(572.422)	-	-	6.329	(566.093)	(562.628)
	7.718.277	1.396.946	1.491.917	(4.155.916)	6.451.224	6.440.714
Intangível (**)						
Distribuição	147.683	-	-	(116.521)	31.162	29.353
Administração	59.848	-	-	(40.044)	19.804	19.994
Comercialização	177.051	-	-	(62.089)	114.962	123.382
Subtotal	384.582	-	-	(218.654)	165.928	172.729
Total do Imobilizado / Intangível	8.102.859	1.396.946	1.491.917	(4.374.570)	6.617.152	6.613.443

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

	30.6.2009	Adições/(Baixas)	Amortização	30.9.2009
<u>Em Serviço</u>				
Participação financeira do consumidor	427.385	175	(5.164)	422.396
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	22.322	596	(298)	22.620
Eficiência Energética	8.426	531	(115)	8.842
Doações e Subvenções para Investimento	44.053	-	(582)	43.471
Participação União, Estados e Municípios	7.671	-	(101)	7.570
Outros	5.209	-	(69)	5.140
	515.066	1.302	(6.329)	510.039
<u>Em Curso</u>				
Participação financeira do consumidor	20.834	5.719	-	26.553
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.039	593	-	7.632
Eficiência Energética	8.084	1.508	-	9.592
Doações e Subvenções para Investimento	2.975	46	-	3.021
Participação União, Estados e Municípios	8.630	626	-	9.256
	47.562	8.492	-	56.054
Total	562.628	9.794	(6.329)	566.093

A taxa média de amortização das obrigações especiais foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	30.9.2009	30.6.2009
<u>Suprimento:</u>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	163.202	178.442
Contratos bilaterais - AES Tietê	204.781	171.497
Contratos bilaterais - AES Uruguiana	-	783
Contratos bilaterais - outros	5.624	4.936
Energia no curto prazo - CCEE	2.440	513
Energia livre - Outros	19.036	19.036
Uso de rede básica	99.122	88.107
Encargos do serviço do sistema - CCEE	2.185	23.723
Conexão à rede básica	7.783	7.855
Transmissão	8.591	8.237
Uso do sistema de distribuição	2.017	1.996
Operador Nacional do Sistema - ONS	1.928	3.340
Leilão - CCEAR	177.410	184.282
Subtotal	694.119	692.747
Materiais e Serviços	86.313	75.048
Total	780.432	767.795

12. Tributos e Contribuições Sociais

	30.9.2009	30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	112.866	58.170
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	327.852	257.780
Cofins	47.616	40.929
Pis	10.338	8.886
Imposto de renda - corrente	330.285	171.211
PIS - Parcelamento	60.489	79.455
Outros	11.639	12.153
Total	901.085	628.584
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
FNDE - Parcelamento	186	320
Total	186	320

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) Composição:

	30.9.2009	30.6.2009
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda estrangeira	6	2
Moeda nacional	51.236	88.011
Total	51.242	88.013
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	10.466	11.487
Moeda nacional	526.331	528.923
Total	536.797	540.410
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	80	101
Moeda nacional	1.301.555	1.301.078
Total	1.301.635	1.301.179
Total geral	1.889.674	1.929.602

b) Moeda Estrangeira:

30.9.2009						
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	6	10.440	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	-	26	80
Subtotal				6	10.466	80

(*) L = Libor

30.6.2009						
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	-	11.458	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	2	29	101
Subtotal				2	11.487	101

(*) L = Libor

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Moeda Nacional:

30.9.2009					
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2015	5	-	9	535
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	2.895	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	2.624	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	8.999	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	24.465	474.060	-
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	11.978	50.000	250.000
Arrendamento mercantil (*)			-	2.262	1.020
Fundo de Reversão Aplicado			275	-	-
Total			51.236	526.331	1.301.555

30.6.2009					
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás - PMSP	2009	5	-	2.972	-
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2015	5	-	-	538
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	10.447	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	18.922	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	3.621	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	50.370	474.060	-
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	4.376	50.000	250.000
Arrendamento mercantil (*)			-	1.891	540
Fundo de Reversão Aplicado			275	-	-
Total			88.011	528.923	1.301.078

(*) Em função da adoção do disposto no artigo 1º da Lei nº 11.638/07, que deu, entre outras, nova redação ao artigo 183 da Lei nº 6.404/76, em 2008 a Companhia reconheceu os ativos relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento classificados como leasing em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos.

d) Em 30 de setembro de 2009, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2010	-	-	1.047
2011	15	26	250.149
2012	15	27	250.089
2013	15	27	250.089
2014	-	-	50.109
2015	-	-	125.072
2016	-	-	175.000
2017	-	-	25.000
2018	-	-	175.000
	45	80	1.301.555

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação Cesp.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2008, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

a) Avaliação atuarial:

	31.12.2008
Número de participantes ativos	3.682
Número de participantes inativos	12.666
Total	16.348
	31.12.2008
Valor presente da obrigação atuarial	7.360.857
Valor justo dos ativos do plano	(5.757.904)
Obrigação descoberta	1.602.953
Ganho atuarial não reconhecido	521.412
Passivo registrado em 31 de dezembro de 2008 - líquido	2.124.365

b) Conciliação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante):

	30.9.2009	30.6.2009		
Saldo no início do exercício	2.124.365	2.124.365		
Despesa do período	135.519	90.348		
Pagamentos de contribuições e confissões de dívidas no período (i)	(255.733)	(171.887)		
Saldo final	2.004.151	2.042.826		
	30.9.2009	30.6.2009	Parcelas Restantes	Vencimento Final
(i) Segregação dos pagamentos por modalidade				
Confissão de dívida IIa	(67.913)	(44.450)	224	31.05.2028
Confissão de dívida IIb	(31.646)	(23.069)	224	31.05.2028
Contrato de ajustes de reserva matemática	(152.301)	(101.865)	223	30.04.2028
Contribuição Empresa - Plano misto (BD/CD)	(3.873)	(2.503)	mensal	indeterminado
	(255.733)	(171.887)		

c) Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp:

	30.9.2009	30.6.2009
Saldo registrado das confissões de dívidas	574.836	594.809
Parcela registrada do contrato de ajuste de reserva	1.429.124	1.447.892
Outras obrigações a pagar	191	125
Subtotal - saldo registrado	2.004.151	2.042.826
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado (*)	858.567	876.813
Saldo total dos contratos formalizados	2.862.718	2.919.639

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 858.567 (R\$ 876.813, em 30 de junho de 2009), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 371/00 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

As operações com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

	30.9.2009		30.6.2009	
	Saldo do contrato	Diferença	Contabilizado	Contabilizado
Empréstimos e financiamentos:				
Confissão de dívida IIa (i)	385.522	-	385.522	391.592
Confissão de dívida IIb (ii)	189.314	-	189.314	203.217
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	2.287.691	(858.567)	1.429.124	1.447.892
Subtotal	2.862.527	(858.567)	2.003.960	2.042.701
Outras contribuições a pagar	-	-	191	125
Total	2.862.527	(858.567)	2.004.151	2.042.826
Circulante	104.255	-	104.255	314.578
Não Circulante	2.758.272	(858.567)	1.899.896	1.728.248
Total	2.862.527	(858.567)	2.004.151	2.042.826

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

(d) Despesas do exercício:

A composição das despesas anuais relacionadas ao Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão - PSAP e ao Plano de Contribuição Definida, como a ser apropriada em 2009, é como segue:

	2009 Estimada
<u>Plano de benefício definido</u>	
Custo do serviço corrente bruto	16.577
Contribuições dos participantes	(3.918)
<u>Custo do serviço corrente líquido</u>	12.659
Juros sobre a obrigação atuarial	848.390
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(680.432)
Custo do serviço passado não reconhecido	70
Total geral - anual	180.687

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Provisões para Litígios e Contingências

	Passivo				Ativo	
	30.6.2009	Atualizações/ Ingressos	Baixas	Transferências	Depósito judicial	
				30.9.2009	30.9.2009	30.6.2009
Trabalhista (a)	431.311	56.800	(52.983)	(1.236)	433.892	322.207
Cofins (b)	833.999	8.008	-	-	842.007	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	35.193	13.102	(5.903)	-	42.392	29.171
Processos cíveis (d)	63.415	3.092	(10.779)	-	55.728	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	1.580	-	-	-	1.580	-
Processos fiscais (f)	61.237	559	(24)	(2.633)	59.139	109.883
Cofins - Noventena	19.104	257	-	-	19.361	-
Meio Ambiente	15.908	4	(2.117)	-	13.795	-
Outros	23.813	-	-	-	23.813	48
Total geral	1.485.560	81.822	(71.806)	(3.869)	1.491.707	461.309
Circulante	140.284	-	-	-	91.677	-
Não Circulante	1.345.276	-	-	-	1.400.030	461.309
Total geral	1.485.560	-	-	-	1.491.707	461.309

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. A Companhia tem intensificado a política de acordos.
- b) Cofins: a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº 9.718/98, referente aos artigos 3º e 8º, mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continua discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo após decorrido o prazo de 30 dias, (Artigo 63 da Lei nº 9.430/96), contados à partir de 23 de setembro de 2008 para quitação

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dessa obrigação legal, sem a incidência de multa moratória de 20%, a Companhia registrou a multa de R\$ 71.500.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis às demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu o passivo relativo a demanda, no montante de R\$ 190.654. Em março de 2009 a ação transitou em julgado, a favor de Companhia.

O saldo remanescente referente à majoração da alíquota, foi formado por valores dos meses de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 e que em 30 de setembro de 2009 está assim composto.

	Período	Principal	Multa	Juros	Total
Majoração de alíquota	Fev/99 a Jan/04	357.501	71.500	413.006	842.007

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurados na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

- c) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos Cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Processos Fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Conforme preceitua o pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 30 de setembro de 2009.

Notas		Valor de Contingência Estimada
		30.9.2009
15.1	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/86	986.153
15.2	SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP	13.177
15.3	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
15.4	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
15.5	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
15.6	Abertura de Agências - Ação Civil Pública	Não determinado
15.7	Ação Civil Pública - Contas Vencidas	Não determinado
15.8	Ação Indenizatória - Volkswagen	1.578
15.9	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	34.457
15.10	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRABE e ANDEC	Não determinado
15.11	COSIP - repasse	1.704
15.12	Ação Popular - Maruzan Conrado	13.097
15.13	DER - Remanejamento de Postes	Não determinado
15.14	Ecovias - Remanejamento de Postes	Não determinado
15.15	Ecovias - Uso do solo	Não determinado
15.16	AIT	75.479
15.17	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
15.18	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
15.19	Recolhimento do FGTS	74.009
15.20	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	29.243
15.21	FGTS - Moradia	9.090
15.22	NFLDs - Execuções Fiscais	44.318
15.23	CPMF - Operações Simbólicas	2.896
15.24	CSLL - Base Negativa	93.815
15.25	IRPJ e CSLL - Overseas	581.729
15.26	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	17.259
15.27	PIS - Decretos nºs 2445/88 e 2449/88	38.970
15.28	PIS - Estatuto da Decadência	177.000

15.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em Dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Companhia (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 986.153, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento, devidamente atualizado até Junho de 2009.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe foi desfavorável a Eletrobrás, em Dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sem adentrar nos mérito dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recurso de “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 e outubro de 2008, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (5ª Vara Cível). Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor da dívida em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença por Arbitramento, o que se acredita ocorrer em prazo de ao menos 06 (seis) meses, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia a qualquer momento, sendo

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

que quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender será necessário apresentar garantia nos termos do CPC.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda de acordo com o disposto no CPC, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa. Porém tais fatos não alterarão a classificação de risco.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº. 489, de 3 de outubro de 2005, não é requerido qualquer provisão até 30 de junho de 2009.

Em 26 de Maio de 2009 a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999

15.2) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

O SIEESP - Sindicato das Industrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, na qualidade de representante das empresas AES Eletropaulo, CPFL e CESP propôs medida judicial visando a inexigibilidade do pagamento do tributo RGR (Reserva Global de Reversão) que é recolhido pela ANEEL.

Por conta da sentença que lhe foi desfavorável e da decisão que reconheceu serem devidos honorários advocatícios à ordem de R\$ 41.818, o SIEESP apresentou os recursos competentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, os quais aguardam julgamento.

Tendo-se em vista a condenação do SIEESP na qualidade de representante da Companhia, a referida demanda representa à Companhia um risco de pagamento no montante de R\$ 13.177 a título de honorários advocatícios, valor que, a princípio só caberia ao Sindicato.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.3) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, em especial todos aqueles incluídos nos empreendimentos habitacionais implementados pelo Poder Público, ainda que com participação da iniciativa privada, bem como a devolução dos valores cobrados a maior destes consumidores.

15.4) Revisão Tarifária – Exclusão de Valores – Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, supostamente superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e, em relação à Companhia requereu seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente indevidos.

15.5) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

15.6) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

15.7) Ação Civil Pública - Contas vencidas

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando apurar supostas práticas de cobrança de valores em aberto que estariam em desacordo com a legislação vigente.

De acordo com o Ministério Público Federal, uma grande massa de consumidores teria buscado auxílio nos Procons da área de concessão da Companhia por conta da cobrança de valores que estariam acrescidos de juros moratórios em desacordo com a legislação vigente e que seriam referentes a contas de luz vencidas há mais de 5 anos e a débitos que teriam sido contraídos por terceiros.

15.8) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Companhia, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

15.9) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Companhia pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões prolatadas foram interpostos os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. De acordo com o último cálculo apresentado pela ANEEL o valor atualizado apresenta o valor de R\$ 34.457. Das análises realizadas pelos Advogados Externos da Companhia, conclui-se que as chances de perda destas demandas são possíveis, isso porque ainda não existe precedente sobre a questão discutida nos dois processos.

15.10) Ação Civil Pública Plano Cruzado – ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/86 e 45/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.11) COSIP - Repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Companhia, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005.

15.12) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer sejam desconstituídos os “Termos de Confissão de Dívida” firmados pelo co-réu Fernando Fernandes Filho com as co-rés Companhia e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário. De acordo com o autor, o TCD firmado com a Companhia trata dos valores em aberto por conta dos acordos firmados em 28 de julho de 2000 e 19 de setembro de 2002 e pelo consumo durante o período de 23 de setembro de 2002 até a assinatura do novo TCD, no valor atual de R\$ 13.097.

15.13) DER - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ela administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

15.14) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

15.15) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Companhia, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes.

15.16) AIT

A AIT pretende a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato 50042010091 de prestação de serviços firmado entre as partes, reclamando o pagamento de indenização pela Companhia referente aos valores que a empresa despendeu com as rescisões trabalhistas que teve de realizar, com os tributos devidos por conta da prestação de serviços esperada, bem como os encargos dos empréstimos que precisou contrair para continuar com sua atividade. Ante aos trabalhos apresentados pelo perito judicial nomeado pelo Juízo da 06ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro é possível estimar que a demanda apresenta um valor de R\$ 75.479, em 30 de setembro de 2009.

15.17) Ação Civil Pública - City Boaçava

Ação Civil Pública que visa impedir a construção de reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão da Companhia.

15.18) Ação Civil Pública - Sociedade Amigos Dos Jardins - ETD Panorama

Ação Civil Pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A alegação é de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão da Companhia.

15.19) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

15.20) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na dívida ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na dívida ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

15.21) FGTS - Moradia

A Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a Companhia. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.22) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs três Execuções Fiscais (2007.61.82.006923-8, 2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, ambas as Execuções aguardam julgamento em Primeira Instância.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.23) CPMF - Operações Simbólicas

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Companhia visando o reconhecimento da não incidência de CPMF sobre operações simbólicas de compra e simultânea venda de moeda estrangeira. Depósito judicial integral em 18.02.05 no valor de R\$ 1.811. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Diante disso, a Fazenda Nacional apresentou recurso perante Tribunal Regional Federal, o qual, até a presente data, aguarda julgamento.

15.24) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.25) IRPJ e CSLL - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua subsidiária no exterior, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31.12.2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº 2.158/2001; (ii) que a Companhia deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a Companhia deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo

nº 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item (iii) acima, a Companhia apresentou defesa administrativa que ainda pende de julgamento em Segunda Instância Administrativa.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Débitos 30.9.2009	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora	178.319	36.912	215.231
Multa - 75%	127.256	29.814	157.070
Total	475.250	106.479	581.729

15.26) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

15.27) PIS – Decretos-Lei n°s. 2.445/1988 e 2.449/1988

Em 30 de junho de 2000, a Companhia ingressou com Ação Judicial visando: (i) declarar a inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n°s 2.445/88 e 2.449/88, (ii) a definição do enquadramento da Companhia, sob a vigência destes decretos, como Contribuinte de PIS-Faturamento (caso fosse qualificada como empresa comercial) ou PIS-Repique (caso fosse considerada empresa prestadora de serviços) e, por consequência, (iii) reconhecimento do direito de compensar os valores recolhidos a maior no período de Junho de 1990 a Outubro de 1995, com cobranças vincendas do próprio PIS, na modalidade de compensação. Em Junho de 2002, amparada pela decisão favorável proferida pelo Juízo da 1ª Instância, a Companhia optou por efetuar a compensação destes créditos tributários com débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Em Março de 2009, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão parcialmente favorável ao pleito da Companhia, declarando a possibilidade de compensar os créditos de PIS com débitos do próprio tributo, bem como reconheceu o direito de a Companhia retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos. Os consultores legais da Companhia classificam a probabilidade de perda como remota, com relação às compensações de PIS com o próprio tributo, e possível, no que se refere às compensações de PIS com os demais tributos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.28) PIS – Estatuto da Decadência

Em março de 1996, o Governo Federal Brasileiro editou a Medida Provisória nº. 1.407/1996, a qual modificou a sistemática de cálculo do PIS – Programa de Integração Social, alterando sua base de cálculo para 0,65% sobre a receita bruta da Companhia. Considerando que essa alteração resultou em um aumento nos valores recolhidos, em abril de 1996, a AES Eletropaulo impetrou um Mandado de Segurança perante a 16ª. Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando manter o critério de cálculo que havia sido definido pela Lei Complementar nº. 7/70, fundamentando sua posição do fato de que (i) o aumento de imposto deveria ter sido determinado através de uma Lei e não de uma Medida Provisória; e (ii) a Companhia possuía imunidade tributária relacionada a operações de energia que estariam sujeitas a incidência de ICMS. Em julho de 2005, a provisão que havia sido constituída por conta deste processo foi revertida pela Companhia na medida em que as autoridades fiscais não teriam sucesso no recolhimento de tal tributo por conta de sua Decadência. Em junho de 2008, o Governo Federal propôs Execução Fiscal perante a 12ª. Vara da Justiça Federal de São Paulo visando cobrar os valores que haviam sido objeto do litígio mencionado. A Companhia apresentou uma carta de crédito no valor de R\$177 milhões como garantia desse processo (junho de 2008) e se opôs à cobrança apresentada. O Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Companhia classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não se posicionou sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

	30.9.2009	30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	3.490	4.073
Brasil Ferrovias S.A.	-	3.258
Pagamento em Duplicidade	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	509	539
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	937	5.822
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.426	1.365
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	41.558	31.580
Outras	31.287	42.977
Total	85.992	96.399
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Estimadas	3.822	3.415
Outras	4.125	2.878
Total	7.947	6.293

17. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de setembro de 2009 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.

O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição Acionária

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		30.9.2009 e 30.6.2009	
Acionistas	Tipo	Quantidade	%
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86
Subtotal	ON	66.604.817	39,80
Outros	PNA	2.369.349	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09
Subtotal	PNB	98.369.721	58,78
Total das ações		167.343.887	100,00

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reserva de Reavaliação

Em 30 de setembro de 2009 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.086.189 (R\$ 2.104.949 em 30 de junho de 2009), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

18. Receita Operacional Líquida

No Trimestre

	1.7.2009 a 30.9.2009			1.7.2008 a 30.9.2008		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.517.809	3.977.995	1.195.372	5.336.406	3.690.611	1.016.003
Industrial	30.116	1.545.494	414.824	30.792	1.735.136	458.812
Comercial	355.930	2.567.383	740.809	359.840	2.541.825	696.294
Rural	759	6.891	279	794	6.846	909
Poder Público:						
Federal	1.163	33.644	10.060	1.166	34.139	9.876
Estadual	3.952	141.703	40.874	3.841	141.404	40.007
Municipal	8.421	105.523	33.002	8.127	105.276	30.683
Iluminação pública	1.483	227.358	36.359	1.439	234.393	34.187
Serviço público	1.215	135.950	32.079	1.160	145.626	32.011
Encargo de capacidade emergencial	-	-	3	-	-	6
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Subtotal - Fornecimento	5.920.848	8.741.941	2.503.661	5.743.565	8.635.256	2.318.787
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	12.554	-	-	(2.523)
Transmissoras	-	-	(168)	-	-	12.571
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	9.460	-	-	(37.711)
CV A Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	(53.145)	-	-	97.097
Não faturado	-	-	19.089	-	-	(5.252)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	212	1.731.093	144.457	220	2.016.979	111.916
Energia no curto prazo	-	-	(5.392)	-	-	2.800
Outras receitas	-	-	24.012	-	-	30.350
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(14.533)	-	-	(14.593)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(3)	-	-	(6)
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	1
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(21.679)	-	-	(20.115)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(100.988)	-	-	(82.513)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	(64)	-	-	(2.003)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(75.004)	-	-	(56.218)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	(14.331)	-	-	(104.839)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfra)	-	-	(6.785)	-	-	(4.929)
Cofins - corrente	-	-	(253.755)	-	-	(227.816)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	(3.684)
Pis - corrente	-	-	(55.092)	-	-	(48.768)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	(1.492)
ISS	-	-	(167)	-	-	(195)
Subtotal - Outras	212	1.731.093	(391.534)	220	2.016.979	(357.922)
Total geral	5.921.060	10.473.034	2.112.127	5.743.785	10.652.235	1.960.865

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acumulado

	1.1.2009 a 30.9.2009			1.1.2008 a 30.9.2008		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.517.809	11.213.896	3.238.769	5.336.406	10.707.699	2.860.131
Industrial	30.116	4.337.303	1.131.588	30.792	4.878.030	1.207.534
Comercial	355.930	7.849.838	2.159.493	359.840	7.602.844	2.002.105
Rural	759	18.999	3.292	794	20.382	2.633
Poder Público:						
Federal	1.163	102.659	29.005	1.166	124.361	33.683
Estadual	3.952	429.013	118.549	3.841	395.127	107.591
Municipal	8.421	305.647	91.553	8.127	294.513	83.001
Iluminação pública	1.483	676.576	101.190	1.439	659.393	92.618
Serviço público	1.215	418.967	92.273	1.160	421.963	88.713
Encargo de capacidade emergencial	-	-	13	-	-	31
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	(1)
Subtotal - Fornecimento	5.920.848	25.352.898	6.965.725	5.743.565	25.104.312	6.478.039
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	7.425	-	-	7.961
Transmissoras	-	-	25.928	-	-	30.381
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	49.254	-	-	(37.711)
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	(46.439)	-	-	100.602
Ajuste Revisão 2007	-	-	(50.217)	-	-	-
Não faturado	-	-	17.195	-	-	41.251
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	212	5.023.929	336.652	220	5.625.315	346.896
Energia no curto prazo	-	-	25.811	-	-	3.945
Outras receitas	-	-	68.093	-	-	73.979
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(45.660)	-	-	(42.006)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(13)	-	-	(31)
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	-	1
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(60.103)	-	-	(58.258)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(267.107)	-	-	(247.694)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	(2.969)	-	-	(10.869)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(231.082)	-	-	(230.666)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	(70.922)	-	-	(110.479)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	(15.227)	-	-	(9.316)
Cofins - corrente	-	-	(699.060)	-	-	(651.405)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	(1.842)
Pis - corrente	-	-	(151.770)	-	-	(141.423)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	(746)
ISS	-	-	(508)	-	-	(620)
Subtotal - Outras	212	5.023.929	(1.110.719)	220	5.625.315	(938.050)
Total geral	5.921.060	30.376.827	5.855.006	5.743.785	30.729.627	5.539.989

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Custos e Despesas Operacionais

	30.9.2009	30.9.2008
Descrição		
Pessoal	375.767	320.039
Entidade de previdência privada	135.519	70.882
Material	22.567	27.177
Serviço de terceiro	227.951	201.037
Energia elétrica comprada para revenda a)	2.967.858	2.794.364
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição b)	791.054	684.753
Depreciação e amortização	284.328	275.438
Provisão (reversão) para PCLD	252.689	29.143
Provisão (reversão) para contingências	9.490	38.966
Perdas/Baixa no Contas a Receber	(235.439)	77.355
Outras	130.553	136.398
Total geral	4.962.337	4.655.552

	MWh (*)		R\$	
	30.9.2009	30.9.2008	30.9.2009	30.9.2008
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	7.811.252	7.925.273	783.223	646.531
ITAIPU - CVA	-	-	68.484	148.555
Contrato bilateral - AES Tiête	8.518.152	8.345.945	1.282.330	1.148.695
Contrato bilateral - AES Uruguiana	27.765	352.619	3.514	41.084
Contrato bilateral - Outros	154.797	170.949	24.906	24.267
Compra - CCEE	284.655	866.679	(27.660)	85.692
Compra - CCEAR	13.628.777	11.828.371	1.138.020	895.694
Compra - CCEAR - CVA	-	-	(108.884)	16.712
Proinfa	589.236	389.345	95.697	65.539
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(291.772)	(278.405)
Total geral	31.014.634	29.879.181	2.967.858	2.794.364

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

	30.9.2009	30.9.2008
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	644.081	566.784
Uso da Rede Básica - CVA	(4.557)	3.822
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	93.271	42.893
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	56.247	55.869
ONS - Operador Nacional do Sistema	17.217	15.120
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	15.256	32.550
Conexão a Rede Básica - CTEEP	52.604	35.249
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA	(4.189)	1.236
(-) Créditos PIS/Cofins	(78.876)	(68.770)
Total geral	791.054	684.753

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Receitas e Despesas Financeiras

	1.7.2009 a 30.9.2009	1.1.2009 a 30.9.2009	1.7.2008 a 30.9.2008	1.1.2008 a 30.9.2008
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	21.800	85.004	43.220	110.755
Selic - Parcela A/CVA	12.227	39.110	14.595	41.554
Selic - Finsocial - nota nº 4	1.992	6.873	-	-
Acréscimo moratório - consumidores	16.753	49.416	16.087	44.674
Multas	2.758	8.307	2.482	6.075
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	1.723	5.723	3.255	9.321
Outras	4.547	14.930	1.438	8.313
Total	61.800	209.363	81.077	220.692
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(32.392)	(96.484)	(34.735)	(102.735)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	44	(35)	(194)	(961)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	3.197	11.026	3.063	10.633
Operações de swap	(1.425)	(7.888)	3.802	(4.328)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	(9.492)	(34.566)	(17.634)	(48.801)
CPMF	-	-	10	(588)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	189	(687)	(398)	(859)
Outras	(20.542)	(56.293)	(21.652)	(55.215)
Total	(60.421)	(184.927)	(67.738)	(202.854)
Variáveis Monetárias e Cambiais Líquidas				
Moeda Nacional	(10.244)	(93.211)	(54.705)	(118.465)
Moeda Estrangeira	14.261	17.800	(30.256)	(14.523)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	3.076	11.928	4.989	13.555
Total	7.093	(63.483)	(79.972)	(119.433)
Total Líquido	8.472	(39.047)	(66.633)	(101.595)

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 5). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30.9.2009	30.9.2008	30.9.2009	30.9.2008
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(314.861)	(189.519)	(109.169)	(64.960)
Diferidos	108.024	(6.590)	34.566	(5.666)
Total	(206.837)	(196.109)	(74.603)	(70.626)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	819.141	762.527	819.141	762.527
Adições (exclusões):				
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	4.321	-	4.321
Doações	5.480	2.912	4.206	2.912
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	(771)	1.723	(771)	1.723
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	1.957	867	1.957	867
Multas indedutíveis	4.383	-	4.383	-
Outros	-	14.020	11	14.020
Total das adições (exclusões)	11.049	23.843	9.786	23.843
Base de cálculo	830.190	786.370	828.927	786.370
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	207.548	196.593	74.603	70.773
Incentivos	(692)	(192)	-	-
Compensação de base de cálculo	(19)	-	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL	-	(292)	-	(147)
Total da despesa (receita) com tributos	206.837	196.109	74.603	70.626

22. Partes Relacionadas

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas no período findo em 30 de setembro de 2009, estão demonstradas a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 7	42.998	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	75	-	-	-
AES Tietê - notas nºs 11 e 19.a	194	204.781	1.282.330	-
AES Uruguaiana - notas nºs 11 e 19.a	-	-	3.514	-
AES Sul	2.759	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	11.137
Total	46.026	204.781	1.285.844	11.137

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) A remuneração da Alta Administração - De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. Nos primeiros nove meses de 2009 e 2008, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	30.9.2009	30.9.2008
Salário	2.261	2.927
Gratificações (PLR - Bônus)	2.139	1.158
Previdência Privada	171	223
Benefícios	321	419
Encargos	880	817
Total	5.772	5.544

23. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a compra e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a Capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,9 milhões de clientes. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Riscos financeiros

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de setembro de 2009, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava R\$ 1.889.674 (R\$ 1.929.602, em 30 de junho de 2009). O montante de R\$ 10.552, equivalente a US\$ 5.934 mil, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 11.590 em 30 de junho de 2009, equivalente a US\$ 5.939 mil).

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2009, foi apurado um resultado líquido negativo nas operações de swap cambial de R\$ 7.888, e em 30 de junho de 2009, negativo de R\$ 6.463, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica Receitas/Despesas Financeiras.

O valor principal dessas operações de swap em 30 de setembro de 2009 é de US\$ 4.684 mil (US\$ 4.684 mil em 30 de junho de 2009).

O montante de R\$ 98.424 (R\$ 96.913 em 30 de junho de 2009) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005, estão classificadas na rubrica Outras Obrigações. Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência desse acordo a Companhia realizou, em janeiro de 2009, pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia está aguardando novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente, classificado como outras obrigações.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

Em 30 de setembro de 2009 os instrumentos financeiros passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Valor Contabil	Valor de Mercado
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)		
Moeda estrangeira	10.552	10.551
Moeda nacional	1.879.122	1.909.420
	1.889.674	1.919.971
Outras obrigações - Swap cambial	14.310	14.310
Total	1.903.984	1.934.281

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos empréstimos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos às taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada dívida na data do balanço. Para os instrumentos de hedge, foram utilizadas as curvas de mercado nesta mesma data.

Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o hedge.

Os principais fatores que direcionam a decisão da Companhia sobre o instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Definido o objeto do hedge e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes.

O valor de mercado do hedge é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX- V (câmbio médio divulgado diariamente pelo BACEN após o fechamento do mercado) do dia imediatamente anterior da data inicial e do período analisado.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resumo das operações de swap:

Em 30 de setembro de 2009 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas como segue:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado 30.09.2009	
	30.9.2009	30.6.2009	30.9.2009	30.6.2009	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "swaps"						
Posição ativa	4.684	4.684	10.423	11.392	10.423	-
Moeda	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$
Posição passiva	24.733	24.205	24.733	24.205	-	24.733
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
Posição passiva					14.310	

Com a finalidade de reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, a Companhia mantém operações de swap cambial, trocando a variação do dólar mais cupom pela variação do CDI.

Segue tabela com as características dos swaps vigentes na carteira da Companhia.

Contratos de "swaps"			
Bancos	Início	Vencimento	US\$ mil
CSFB	12.11.2004	30.12.2009	2.385
UNIBANCO	12.11.2004	30.12.2009	2.299
			4.684

Análise de sensibilidade do swap:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do instrumento financeiro ao qual a Companhia estava exposta (swap cambial) em 30 de setembro de 2009 definimos 3 cenários conforme requerido pela Instrução Normativa CVM nº 475:

- I - uma situação considerada provável pela Administração e referenciada por fonte externa independente: R\$ 1,80 (FOCUS 25.9.2009);
- II - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada: R\$ 2,25;
- III - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada: R\$ 2,70.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os instrumentos de derivativos utilizados pela Companhia não demandam chamada de margem de garantia e estão devidamente registrados na CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação).

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge	Derivativo (risco queda US\$)	(128)	(2.754)	(5.380)
Dívida em US\$	Dívida (risco aumento US\$)	129	2.771	5.413
Efeito Líquido		1	17	33

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 25 de setembro de 2009 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o ano de 2010 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2009 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,47	6,71	8,94	11,18	13,41	
Posição em 30.9.09						
Aplicações Financeiras:	1.064.132					
Títulos e Val. Mobiliários	77.092					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras	CDI	47.567	71.350	95.133	118.917	142.700
Títulos e Valores Mobiliários	SELIC	3.446	5.169	6.892	8.615	10.338

Análise de sensibilidade das dívidas:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 25 de setembro de 2009 foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 30 de setembro de 2009 foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2009 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2009. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2009 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Taxa de Juros	Saldo de Principal em 30.09.2009	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2009				
			Queda		Cenário Base	Aumento	
			de 50%	de 25%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125% a.a.	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00% a.a.	544	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA			0,9100	1,3650	1,8200	2,2750	2,7300
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	10.440	(5.171)	(2.468)	251	2.987	5.740
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	105	(54)	(26)	3	31	60
LIBOR			0,63%	0,95%	1,26%	1,58%	1,89%
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	10.440	151	183	216	249	282
CDI			4,47%	6,71%	8,94%	11,18%	13,41%
Debêntures - 10ª Emissão	CDI + 0,90% a.a.	600.000	32.461	45.992	59.523	73.053	86.584
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	250.000	15.746	21.431	27.116	32.801	38.487
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	200.000	12.596	17.145	21.693	26.241	30.789
CCB - Citibank	CDI + 1,20% a.a.	300.000	17.171	23.956	30.742	37.527	44.313
IGPDI			2,25%	3,38%	4,50%	5,63%	6,75%
Fundação Cesp	IGPDI + 6,00% a.a.	2.862.527	240.023	274.159	308.294	342.430	376.565

Risco de preço

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº 674 de 1º de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido em 2007 o resultado foi provisório. Em 2009 o resultado foi novamente alterado de forma definitiva através da Resolução Homologatória nº 832, de 16 de julho de 2009.

Na finalização do processo de revisão tarifária, a ANEEL efetuou ajustes em:

1. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
2. Receitas Irrecuperáveis;

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Base de Remuneração Regulatória;

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Perdas elétricas regulatórias e;

5. Fator Xe.

Estes itens foram objeto de discussão através da Audiência Pública nº 052/07, aberta em dezembro de 2007, tendo como resultado a Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

Finalmente, através da Consulta Pública 030/09 aberta em abril de 2009, foi definida a segunda revisão tarifária da Companhia.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 846, de 30 de junho de 2009, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2009, cujo aumento médio foi da ordem de 14,88%, correspondendo a um efeito médio de 13,03% a ser percebido pelos consumidores.

Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2009 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana (finalizado em junho de 2009) e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º, 2º e 4º Leilões Públicos de Energia Existente realizados em dezembro/2004, abril/2005 e outubro/2005, respectivamente, do 1º e 2º Leilões de Energia Nova realizados em dezembro/2005 e junho/2006 e do 9º Leilão de Ajuste realizado em fevereiro/2009. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/04, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/04, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Reajuste Tarifário 2009

Em 30 de Junho de 2009, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 14,88% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2009.

O reajuste autorizado pela ANEEL em 30 de junho de 2009 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2009		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,49%
	Energia Comprada	4,55%
	Encargos de Transmissão	1,12%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		0,09%
Reajuste Base		8,25%
Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007		-0,54%
CVA Total		5,33%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,21%
Outros custos financeiros de Parcela B		-0,04%
Subsídios Tarifários		1,67%
Reajuste Total		14,88%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 11,69%. A participação positiva de 8,16% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - Aumentou 20,81%, principalmente devido ao aumento do repasse do ESS (R\$ 234 milhões contra R\$ 103 milhões no IRT 2008), resultado de projeção efetuada pela ANEEL - calculado com base na diferença entre o Custo Variável Unitário (CVU) das usinas despachadas e o PLD médio previsto para os próximos 12 meses - e à projeção do Encargo de Energia de Reserva - EER, considerado neste montante, em conformidade com o Decreto 6353, de janeiro de 2008. O referido encargo se destina a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN.
- (ii) Energia Comprada - A variação positiva de 9,78% deve-se principalmente ao aumento dos custos de compra de energia de Itaipu, decorrentes de:
 - Desvalorização do Real em relação ao Dólar (R\$ 1,9301/US\$ no IRT de 2009 contra R\$ 1,6368/US\$ no IRT de 2008, aumento de 17,92%);

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Aumento da tarifa em dólar de Itaipu (de US\$ 23,0270/kW para US\$ 25,0298/kW, aumento de 8,7%);
 - Preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses (de R\$ 76,39/MWh para R\$ 87,39/MWh, aumento de 14,39%).
- (iii) Encargos de Transmissão - A variação positiva de 9,89% deve-se principalmente ao aumento dos custos da rede básica (R\$ 893 milhões contra R\$ 810 milhões no IRT de 2008) decorrentes do fim do diferimento do resultado das Revisões Tarifárias das Transmissoras e de novas obras no sistema.

A partir do Ciclo 2009/2010, os geradores conectados nas DIT não pagarão pelo uso da rede básica, assim a receita a ser remunerada pela TUST não contará com estes geradores para o rateio. Face ao exposto, houve um acréscimo de R\$ 5 milhões nos custos de rede básica da Companhia.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 0,31%. A participação de 0,09% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 1,52%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2009, e
2. Fator X equivalente a 1,21%, composto por:
 - Xa de 0,84%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (1,52%) e o IPCA (4,67%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,00%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados.

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 615 milhões, há os seguintes principais aspectos:

- R\$ 50 milhões negativos referentes aos efeitos da finalização do 2º processo de Revisão Tarifária Periódica (passou a ser definitivo) da concessionária, provisório desde 2007;

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Efeito positivo de R\$ 29 milhões, decorrente da aplicação da regra definida na Resolução Normativa 305/08, que resultou no recálculo das CVAs de energia e dos custos de sobrecontratação de energia comprada, referentes a 2005, 2006 e 2007, impactando o custo da energia comprada;
- Efeito positivo de R\$ 37 milhões para cobrir a tarifa de clientes que deixaram de ser classificados como “Baixa Renda” após a Lei 10.438/02, não incorporado no reajuste tarifário de julho de 2008, impactando a receita de energia; e
- Efeito negativo de R\$ 5 milhões decorrente do valor previsto do subsídio de fontes alternativas para o período de julho de 2008 a junho de 2009. O valor incluído no Reajuste Tarifário de julho de 2008 excedeu o valor efetivamente concedido neste montante, conforme critério utilizado pela Aneel, impactando receita de TUSD.

As principais alterações efetuadas pela ANEEL em relação à revisão provisória de 2007 são apresentadas a seguir:

- a) Empresa de Referência de R\$ 786 milhões;
- b) Receitas Irrecuperáveis de 0,90% sobre a receita bruta;
- c) Base de Remuneração Regulatória bruta de R\$ 10.880 milhões e Base de Remuneração Regulatória líquida de R\$ 4.822 milhões;
- d) Perdas Regulatórias de energia conforme apresentado a seguir:

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Perdas Técnicas (sobre energia injetada)	4,91%	4,91%	4,91%	4,91%
Perdas não técnicas (sobre mercado baixa tensão)	17,47%	17,47%	16,98%	16,50%

- e) Fator Xe de 2,00%.

25. Novos Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem emitido diversos pronunciamentos para convergir as práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional de contabilidade. Esses pronunciamentos contábeis têm sido sistematicamente aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Deliberações da CVM, emitidas após o fim do 1º trimestre de 2009 e que aprovaram os pronunciamentos do CPC, são aplicáveis aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

As Resoluções do CFC, emitidas após o fim do 1º trimestre de 2009 e que aprovaram esses pronunciamentos do CPC, são aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, encorajando a aplicação antecipada.

A Companhia de acordo com a orientação da CVM, aplicará as deliberações aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010.

A tabela abaixo contém a relação dos pronunciamentos do CPC aprovados pela CVM e pelo CFC após o fim do 1º trimestre de 2009:

		Deliberação CVM		Resolução CFC	
	Pronunciamento	Número	Data	Número	Data
CPC 16	Estoques (IAS 2)	575/09	5-jun-09	1170/09	29-mai-09
CPC 17	Contratos de Construção (IAS 11)	576/09	5-jun-09	1171/09	29-mai-09
CPC 20	Custos de Empréstimos (IAS 23)	577/09	5-jun-09	1172/09	29-mai-09
CPC 15	Combinação de Negócios (IFRS 3)	580/09	31-jul-09	1175/09	24-jul-09
CPC 21	Demonstração Intermediária (IAS 34)	581/09	31-jul-09	1174/09	24-jul-09
CPC 22	Informações por Segmento (IFRS 8)	582/09	31-jul-09	1176/09	24-jul-09
CPC 27	Ativo Imobilizado (IAS 16)	583/09	31-jul-09	1177/09	24-jul-09
CPC 28	Propriedade para Investimento (IAS 40)	584/09	31-jul-09	1178/09	24-jul-09
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8)	592/09	15-set-09	1179/09	24-jul-09
CPC 24	Evento Subsequente (IAS 10)	593/09	15-set-09	1184/09	28-ago-09
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	594/09	15-set-09	1180/09	24-jul-09
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1)	595/09	15-set-09	1185/09	28-ago-09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41)	596/09	15-set-09	1186/09	28-ago-09
CPC 30	Receitas (IAS 18)	597/09	15-set-09	1187/09	28-ago-09
CPC 31	Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5)	598/09	15-set-09	1188/09	28-ago-09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro (IAS 12)	599/09	15-set-09	1189/09	28-ago-09
CPC 33	Benefícios a Empregados (IAS 19)	600/09	7-out-09	1193/09	16-set-09
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	601/09	7-out-09	-	-

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, após o fim do 1º trimestre de 2009.

- CPC 16 - Estoques: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques quanto ao valor do custo a ser reconhecido como um ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. Esse pronunciamento proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Este pronunciamento técnico do CPC está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2.

Esse pronunciamento não trouxe alterações significativas em relação às práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

- CPC 17 - Contratos de Construção: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil de receitas e despesas associadas a “contratos de construção”, considerando que as datas de início e término desse tipo de contrato ocorrem em períodos contábeis diferentes. Assim o principal assunto desse pronunciamento refere-se à contabilização dos contratos de construção ao longo dos períodos de execução da obra. Este pronunciamento técnico está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 11.

Até o momento, a Companhia não possui receitas derivadas de contratos de construção, sendo as receitas registradas na Companhia decorrentes de venda de energia elétrica.

- CPC 20 - Custos de Empréstimos: tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, os quais formam o custo de tal ativo, sendo os demais custos de empréstimos, não vinculados a um ativo qualificável, reconhecidos como despesa no momento em que ocorrerem. Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 23.

Esse pronunciamento não trouxe alterações significativas em relação às práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 15 - Combinação de Negócios: este pronunciamento estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente, em uma combinação de negócios, deve: (i) reconhecer e mensurar, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na sociedade adquirida; (ii) reconhecer e mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) resultante da combinação de negócios ou o ganho proveniente da compra vantajosa (deságio); e determinar as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

Este pronunciamento não se aplica à combinação de negócios de entidades ou negócios sob controle comum. A combinação de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum é aquela em que todas as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório. A extensão da participação de não-controladores não é relevante para determinar se a combinação de negócios envolve entidades sob controle comum.

Foi estabelecido no CPC 15, que o pronunciamento deverá ser aplicado prospectivamente para as combinações de negócios a partir da data indicada pelo órgão(s) regulador(es) que aprová-lo.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 3.

Devido ao fato de a Companhia não ter efetuado nenhuma transação de combinação de negócios no exercício atual e a aplicação desse pronunciamento ser prospectiva, esse pronunciamento não trouxe nenhum impacto para a Companhia.

- CPC 21 - Demonstração Intermediária: este pronunciamento tem por objetivo estabelecer o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. A demonstração contábil intermediária deve incluir os seguintes componentes: (a) balanço patrimonial condensado; (b) demonstração condensada do resultado do período; (c) demonstração condensada do resultado abrangente; (d) demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido; (e) demonstração condensada dos fluxos de caixa; (f) notas explicativas selecionadas.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com esse pronunciamento, a frequência de reporte da entidade (anual, semestral ou trimestral) não deve afetar a mensuração de seus resultados anuais, ou seja, as mensurações dos períodos intermediários devem ser feitas em bases anuais.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 34.

Importante observar que as informações trimestrais - ITR, requeridas pela CVM, seguem o formato estabelecido no programa de envio.

A aplicação desse pronunciamento poderá trazer alguns impactos intertemporais na apuração dos resultados trimestrais, entretanto não terão efeito na apuração do resultado anual. A mensuração de estimativas efetuadas em períodos intermediários devem ser feitas em bases anuais.

- CPC 22 - Informações por Segmento: este pronunciamento requer a divulgação de informações segregadas por segmento operacional da entidade. “Segmento de operacional” é definido como um componente da entidade: (a) que desenvolve atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas; (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões; e (c) para a qual haja informação financeira disponível.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 8.

Este pronunciamento trata somente de divulgação de informações financeiras que são utilizadas pela Administração da Companhia, de forma a alocar os recursos e analisar a performance dos segmentos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 27 - Ativo Imobilizado: o objetivo desse pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para o ativo imobilizado, principalmente quanto ao (i) reconhecimento dos ativos; (ii) a determinação de seus valores contábeis; (iii) os valores de sua depreciação; e (iv) eventuais perdas por desvalorização. Estabelece o conceito de que o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se for provável que irá gerar futuros benefícios econômicos para a entidade e puder ser mensurado confiavelmente. Define que o custo de um item do ativo imobilizado inclui (i) seu preço de aquisição; (ii) custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento; e (iii) estimativa inicial de custos de desmontagem, remoção e restauração do local. Estabelece que a depreciação deve ser apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada e que o valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual, bem como estabelece que a vida útil e o valor residual sejam revisados pelo menos ao final de cada exercício.

No registro do ativo imobilizado e de sua depreciação, as empresas de energia elétrica têm utilizado os critérios definidos no Manual de Contabilidade do Setor de Energia Elétrica. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros. A depreciação tem sido calculada de acordo com as vidas úteis definidas pela ANEEL.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16.

Entendemos que não deve haver nenhum impacto significativo decorrente da aplicação desse pronunciamento.

- CPC 28 - Propriedade para Investimentos: este pronunciamento define propriedade para investimento como propriedades mantidas para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas, gerando fluxos de caixa altamente independentes de outros ativos mantidos pela entidade. Em consequência, as propriedades para investimento são registradas como Investimentos classificados como Ativo Não-Circulante. O CPC 28 aplica-se ao reconhecimento, mensuração e divulgação de propriedades para investimentos.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 40.

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia não possui propriedades que possam estar classificadas como propriedades para investimentos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: este pronunciamento define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, bem como define o tratamento contábil e a divulgação de mudanças nas políticas contábeis. Importante, observar que os critérios relacionados à divulgação de políticas contábeis são estabelecidos no Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

É estabelecido que se um pronunciamento (CPC), interpretação (ICPC) ou orientação (OCPC) se aplicar especificamente a uma transação, um evento ou uma circunstância, as políticas contábeis aplicadas a essa transação devem ser determinadas pela aplicação do pronunciamento, interpretação ou orientação, considerando, ainda, quaisquer guias de implementação relevantes emitidos pelo CPC.

Na ausência de pronunciamento, interpretação ou orientação, a administração exercerá seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 8.

Este pronunciamento fornece orientação sobre a seleção de políticas contábeis e como tratar mudanças de estimativas e retificação de erros. Assim, julgamos que não deve haver impactos decorrentes da aplicação desse pronunciamento.

- CPC 24 - Eventos Subsequentes: a definição de eventos subsequentes são os eventos que ocorrem no período entre a data-base das demonstrações contábeis e a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis. O objetivo desse pronunciamento é o de determinar quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes à data-base das demonstrações contábeis e quais informações a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes à data-base das demonstrações contábeis.

Existem dois tipos de eventos subsequentes: (i) um refere-se a eventos que evidenciam condições que já existiam antes da data-base das demonstrações contábeis, que requerem ajustes a essas demonstrações; e (ii) o outro refere-se a fatos e/ou condições que surgiram após a data-base das demonstrações contábeis, que requerem a divulgação desse fato nessas demonstrações.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 10.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal impacto na aplicação de pronunciamento refere-se contabilização de dividendos. De acordo com essa norma, ao final do exercício a Companhia deverá reconhecer como passivo o dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais ao mínimo serão registrados como passivo à medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia.

- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: este pronunciamento estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como as informações a serem divulgadas. De acordo com esse pronunciamento, uma provisão deve ser reconhecida se, e somente se: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de evento passado; (b) for provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Os passivos e ativos contingentes, de acordo com esse pronunciamento não devem ser registrados, em razão de serem uma possível obrigação ou um possível ativo resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência de um evento futuro incerto não totalmente sob controle da entidade.

Esse pronunciamento define provável como “maior probabilidade de ocorrer do que não ocorrer”. Em decorrência dessa interpretação de “provável”, a Companhia irá revisar a classificação da probabilidade de perda de seus passivos contingentes, e avaliará eventuais impactos decorrente da aplicação desse pronunciamento

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 37.

- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: esse pronunciamento define que o conjunto completo das demonstrações contábeis inclui: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração do resultado; (c) demonstração do resultado abrangente; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (e) demonstração dos fluxos de caixa; (f) demonstração do valor adicionado; (g) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis e outras informações explanatórias; e (h) se necessário, o balanço patrimonial do início do período mais antigo apresentado quando houver a aplicação de política contábil retroativamente ou reapresentação de itens das demonstrações contábeis.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com esse pronunciamento, as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e o fluxo de caixa da entidade. A representação apropriada também exige que a entidade: (a) selecione e aplique políticas contábeis de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC; (b) apresente informação relevante, confiável, comparável e compreensível; e (c) divulgações adicionais para permitir a compreensão do impacto de determinadas transações sobre a posição financeira e patrimonial da entidade.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 1.

Este pronunciamento fornece orientação sobre a apresentação de demonstrações contábeis. Assim, julgamos que não deve haver impactos financeiros decorrentes da aplicação desse pronunciamento.

- CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola: este pronunciamento deve ser aplicado para contabilizar os seguintes itens relacionados com as atividades agrícolas: (a) ativos biológicos; (b) produção agrícola no ponto de colheita; e (c) subvenções governamentais relacionados a ativos biológicos.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 41.

A Companhia não possui ativo biológico ou produtos agrícolas.

- CPC - 30 Receitas: esse pronunciamento estabelece o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e deve ser aplicado na contabilização da receita proveniente da venda de bens, prestação de serviços e da utilização de ativos da entidade que geram juros, *royalties* e dividendos. A receita deve ser mensurada e registrada pelo seu valor justo.

De acordo com o CPC 30 a receita deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições: (a) foram transferidos todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem; (b) não é mantido envolvimento continuado na gestão dos bens; (c) o valor da receita possa ser confiavelmente mensurado; (d) os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e (e) as despesas possam ser confiavelmente mensuradas.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esse pronunciamento define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos, portanto as quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas, não são benefícios econômicos, portanto, são excluídos da receita. Para atender finalidades fiscais, este pronunciamento requer uma divulgação em nota explicativa da “receita bruta tributável” reconciliada com a receita apresentada na demonstração do resultado.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 18.

O principal impacto da aplicação desse pronunciamento será a apresentação da receita na demonstração do resultado, que deverá ser líquida de quantias cobradas por conta de terceiros. Em geral, a aplicação desse pronunciamento não deve trazer impactos significativos.

- CPC 31 - Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: esse pronunciamento tem por objetivo estabelecer o critério de contabilização de ativo não-circulante mantido para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.

Um ativo não-circulante deve ser classificado como mantido para venda se ele for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda, ou seja, a sua venda seja altamente provável. Para que a venda seja altamente provável deve haver um comprometimento da Administração da entidade com o plano de venda.

De acordo com esse pronunciamento, uma operação descontinuada é um componente importante da entidade (linha de negócios, área geográfica, controladas, etc.) que foi baixado ou está classificado como mantido para venda.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS 5.

A Companhia não possui ativo não-circulante para venda e/ou operação descontinuada.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: o objetivo desse pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A principal questão tratada nesse pronunciamento é o tratamento contábil dos efeitos fiscais atuais e futuros sobre (a) a realização (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (b) as operações e outros do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que será gerado lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 12.

Em geral, a aplicação desse pronunciamento não deve trazer impactos significativos, exceto pelos efeitos decorrentes de sua aplicação para os períodos intermediários, conforme mencionando na análise sobre o CPC 21.

- CPC 33 - Benefícios a Empregados: este pronunciamento tem por objetivo estabelecer os critérios para a contabilização e a divulgação de benefícios concedidos aos empregados, sendo requerido o registro de (i) um passivo, quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade utilizou o benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado.

Os benefícios a empregados são definidos da seguinte forma:

- (a) benefícios de curto prazo, que incluem salários, licenças remuneradas, benefícios não monetários (como assistência médica, automóveis, etc.);
- (b) benefícios pós-emprego, tais como pensões, seguro de vida pós-emprego, assistência médica pós-emprego;
- (c) benefícios de longo prazo, tais como licenças remuneradas, gratificação por tempo de serviço, etc;
- (d) benefícios por desligamento.

Este pronunciamento está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19.

Em geral, a aplicação desse pronunciamento não deve trazer impactos significativos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos - esta interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 - Eventos Subseqüentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa interpretação estabelece que o dividendo mínimo obrigatório deve ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente.

Assim, esta interpretação recomenda que para atender ao disposto no artigo 173, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, o qual estabelece o registro da destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto da sua aprovação pela assembléia geral, o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja mantido em conta do patrimônio líquido em uma conta denominada “dividendo adicional proposto”.

A proposta da administração para destinação do lucro deve estar detalhada em nota explicativa.

Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização de dividendos, os quais devem ser registrados como passivo à medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia.

O CPC pretende emitir diversos pronunciamentos técnicos até 2010, conforme agenda conjunta divulgada pela CVM e CPC, portanto a análise acima deve ser considerada como preliminar e efetuada com base nas informações disponíveis até a presente data. Por ocasião da emissão pelo CPC de novos pronunciamentos contábeis aprovadas pela CVM e pelo CFC, a Companhia reavaliará os pronunciamentos já emitidos à medida que esses novos pronunciamentos tragam alguma alteração que possam modificar as análises preliminares efetuadas anteriormente.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	9ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/058
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/12/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/08/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	25.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	20/08/2007
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/02/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	10ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/10/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/09/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/09/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 0,90% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	600.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/03/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	11ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/047
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/11/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	200.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	82
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	95
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	98
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	100

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

Práticas contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Despacho ANEEL nº 2.877/2008

Em cumprimento ao Despacho Aneel nº 2.877 de 1º de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de 1º de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA.

Para efeito de comparação, foram feitas as reclassificações retroativamente aos períodos de análise. Não houve impacto nos resultados dos períodos, pois as mudanças realizadas são meramente entre contas de resultado.

De acordo com a regra anterior, o ajuste de CVA referente à variação entre o valor concedido na revisão tarifária e o efetivamente pago pela Companhia para determinado item era feito na rubrica correspondente a este item. Já a nova regra prevê que caso haja passivos regulatórios constituídos, ao invés de ser registrado um aumento do item seguindo a regra anterior, uma receita de valor equivalente ao item que variou deve ser registrada

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta da AES Eletropaulo no terceiro trimestre de 2009 foi de R\$ 3.339,8 milhões, 9,0% (R\$ 275,2 milhões) superior à receita do mesmo período de 2008. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento de 9,1% (R\$ 260,2 milhões) na receita total de fornecimento, consequência dos seguintes fatores:

- (i) maior consumo cativo (+1,2%) entre períodos e aplicação do índice médio de reajuste tarifário de +14,88% nas tarifas a partir de 4 de julho de 2009;
- (ii) término da amortização do saldo da Parcela A referente à Recomposição Tarifária Extraordinária, excluída da tarifa a partir de 01/05/2009.

O aumento de 7,2% (R\$ 15,0 milhões) em Outras Receitas no período analisado reflete a combinação de:

- (i) aumento de R\$ 81,2 milhões na receita da TUSD, consequência do reajuste tarifário de 2009 e da substituição tributária de ICMS iniciada no estado de São Paulo para as operações relativas à circulação de energia elétrica adquirida em ACL (Portaria CAT nº 97 de 27.05.2009) em 1º de julho de 2009, esta última responsável por R\$ 46,4 milhões da variação supra mencionada. Com a substituição tributária, as distribuidoras de energia elétrica passaram a recolher a integralidade

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

do ICMS de todos os consumidores de energia elétrica do estado de São Paulo, livres ou cativos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- (ii) incrementos de receitas não-faturadas e PIS/Cofins não-faturados, no valor de R\$ 49,6 milhões;
- (iii) redução na contabilização de CVAs (despacho 2.877 - Aneel), totalizando R\$ 114,2 milhões.

O consumo faturado no 3T09 foi de 8.741,9 GWh, um aumento de 1,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior e de 2,9% em relação ao 2T09.

Em relação ao 2T09, o incremento da Receita Operacional Bruta foi de 13,4% (ou R\$ 395,4 milhões), consequência dos aumentos de 10,3% e 89,2% em Receita de Fornecimento e Outras Receitas, respectivamente.

Explicando a variação de 10,3% na Receita de Fornecimento, destacam-se:

- (i) crescimento do consumo nas classes residencial e industrial e aplicação do índice médio de reajuste tarifário de +14,88% nas tarifas a partir de 4 de julho de 2009;
- (ii) pequena retração no consumo da classe comercial, compensada pelo reajuste tarifário de 2009 mencionado anteriormente;
- (iii) incorporação de R\$ 37,2 milhões dos subsídios de "Baixa Renda" na receita da classe residencial, no 2T09; e
- (iv) término da amortização do saldo da Parcela A, referente à Recomposição Tarifária Extraordinária, que foi excluída da tarifa a partir de 01/05/2009.

O incremento de 89,2% (R\$ 105,7 milhões) na rubrica Outras Receitas é essencialmente a combinação dos efeitos:

- (i) aumento de R\$ 98,9 milhões na receita da TUSD, decorrente: (a) da ligeira recuperação observada na classe dos consumidores livres, principalmente industrial; (b) do reajuste tarifário de 2009; e (c) do efeito de R\$ 46,4 milhões referentes à substituição tarifária vigente a partir de julho de 2009;
- (ii) incremento de receitas não-faturadas, no valor de R\$ 51,8 milhões;
- (iii) reversão, na receita do 2T09, de R\$ 50,2 milhões devido à finalização da revisão tarifária de 2007; e
- (iv) reduções nas receitas em PIS/Cofins não-faturados, venda de energia no mercado de curto prazo e contabilização de CVAs (despacho 2.877 - Aneel), totalizando R\$ 93,4 milhões.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

As Deduções da Receita Operacional somaram R\$ 1.227,7 milhões no 3T09, um aumento de 11,2% (R\$ 123,9 milhões) em relação ao mesmo período de 2008, quando registraram R\$ 1.103,8 milhões. A variação decorre, sobretudo, do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e, conseqüentemente, do incremento proporcional dos encargos tributários incidentes na receita (ICMS, PIS, COFINS e ISS).

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Adicionalmente ao aumento dos encargos tributários incidentes na receita, foi verificada uma variação negativa de R\$ 17,2 milhões nos encargos de CCC, CDE e as CVAs correspondentes. Os valores por trimestre homologados nos encargos de CCC e CDE foram de R\$ 81,9 milhões e R\$ 83,0 milhões, em 2008, para R\$ 66,5 milhões e R\$ 96,7 milhões, em 2009.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os motivos acima explicam também o aumento de 16,8% nas Deduções de Receita em relação ao 2T09.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida auferida pela AES Eletropaulo foi de R\$ 2.112,1 milhões no 3T09, valor 7,7% ou R\$ 151,3 milhões superior à obtida no 3T08, principalmente em função do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2009 e do aumento em Outras Receitas.

Em relação ao 2º trimestre de 2009, a receita operacional líquida aumentou 11,6% devido à combinação dos motivos explicitados acima, na receita de fornecimento e em outras receitas.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia verificou no 3T09, despesas operacionais no valor de R\$ 1.651,9 milhões, montante 4,6% (R\$ 72,1 milhões) maior do que o registrado no mesmo período de 2008. As principais variações serão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	3T08	2T09	3T09	Var (%) 3T09 x 3T08	Var (%) 3T09 x 2T09
Gastos de Parcela A	1.239,5	1.174,5	1.387,6	11,9%	18,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	973,7	910,7	1.123,6	15,4%	23,4%
Transmissão	265,8	263,8	264,0	-0,7%	0,1%
PMSO	340,3	366,6	264,3	-22,3%	-27,9%
Pessoal	156,9	190,3	174,9	11,5%	-8,1%
Serviços de Terceiros	76,4	78,5	74,4	-2,7%	-5,3%
Materiais	10,1	7,2	10,6	4,7%	46,6%
Outros	96,9	90,6	4,4	-95,4%	-95,1%
Total	1.579,8	1.541,2	1.651,9	4,6%	7,2%

* Não inclui depreciação

Gastos da Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifária da Aneel, todas as despesas classificadas como "gastos de parcela A" são repassadas para a tarifa.

Despesa de Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada totalizou R\$ 1.123,6 milhões no 3T09, 15,4% e 23,4% acima daquelas registradas no 3T08 e 2T09, de R\$ 973,7 milhões e R\$ 910,7 milhões, respectivamente.

As variações podem ser explicadas principalmente pela combinação dos seguintes fatores:

- (i) volume de energia requerida, que totalizou 10.279 GWh no 3T09 ante 10.193 GWh e 9.977 GWh no 3T08 e 2T09, respectivamente;

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- (ii) no 3T09 o preço médio dos contratos de suprimento foi de R\$ 112,2/MWh, um aumento de 14,2% e de 6,3% em relação aos preços médios do 3T08 e 2T09, respectivamente. Essas variações resultaram, sobretudo, do aumento do preço médio de leilões de energia e do reajuste de preço dos contratos bilaterais;
- (iii) maior volume de energia comprada no 3T09 por intermédio de leilões, ao preço médio de R\$ 88,4 /MWh no 3T09, representando aumento no volume de 12,0% em relação ao 3T08 e diminuição de 6,7% na comparação com o 2T09;
- (iv) maior volume de energia comprada através dos contratos bilaterais no 3T09, exceto do contrato bilateral com a AES Uruguaiana que foi encerrado em junho/09; e
- (v) ocorreu venda de 216 MWh de energia no mercado de curto prazo no 3T09, comparada à compra de aproximadamente 377 MWh no 3T08 e à venda de 452 MWh no 2T09.

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	3T08	2T09	3T09	%3T08	%2T09	%3T09
AES TIETÊ	149,1	149,7	152,1	28,6%	26,8%	29,3%
ITAIPU	81,7	97,6	106,2	27,7%	25,4%	26,0%
LEILÃO	72,4	83,7	88,4	41,6%	46,9%	44,0%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	137,2	154,7	159,3	2,1%	0,8%	0,8%
Tarifa (R\$/MWh)	98,3	105,5	112,2	100,0%	100,0%	100,0%

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Transmissão

A AES Eletropaulo registrou R\$ 264,0 milhões em despesas com encargos no 3T09, montante praticamente estável em relação tanto ao 3T08 quanto ao 2T09. Esta estabilidade decorre da combinação dos seguintes itens:

- (i) Acréscimo de R\$ 18,4 milhões nos encargos de rede básica e do ONS, decorrente do aumento de 11,4% na cota anual do encargo de rede básica que compõe a tarifa a partir do reajuste tarifário de julho de 2009;
- (ii) R\$ 18,5 milhões de aumento em encargos do Serviço do Sistema (ESS) decorrente da homologação pela Aneel de novos valores válidos desde o reajuste tarifário de julho de 2009, com aumento de 127,3% na cota anual; e
- (iii) Compensação por realizações nas contas de CVA.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em 3 rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos, (b) despesa com o fundo de pensão e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Pessoal - em R\$ milhões	3T08	2T09	3T09	Var (%) 3T09 x 3T08	Var (%) 3T09 x 2T09
Pessoal e Encargos	75,3	74,8	74,3	-1,3%	-0,7%
Entidade de Previdência	23,6	45,3	45,3	91,6%	0,0%
Acordos e Condenações Trabalhistas	58,0	70,3	55,3	-4,6%	-21,3%
Total	156,9	190,3	174,9	11,5%	-8,1%

As despesas com Pessoal e Entidade de Previdência Privada totalizaram R\$ 174,9 milhões no 3T09, um montante 11,5% (R\$ 18,0 milhões) superior ao verificado no 3T08. O aumento é resultado da expectativa de despesa de R\$ 180,7 milhões com a Fundação Cesp a ser apropriada em 2009. No 3T09, a despesa com a fundação somou R\$ 45,3 milhões.

Em relação ao 2T09, as despesas de pessoal decresceram 8,1% (R\$ 15,4 milhões), principalmente, em função da menor despesa com acordos e condenações trabalhistas.

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

No 3T09, as despesas com Pessoal e Encargos foram de R\$ 74,3 milhões em linha com os valores registrados no 3T08 (R\$ 75,3 milhões) e no 2T09 (R\$ 74,8 milhões). A Companhia adequou seus percentuais de capitalização de 21% em 2008 para 29% no 3T09, devido à uniformização dos percentuais utilizados entre as unidades de negócio e ao maior volume de investimentos. Este efeito neutralizou tanto os impactos do acordo coletivo de junho de 2009, que elevou os salários em 6,35% e também reajustou os benefícios, como do programa de mérito e de desenvolvimento de carreira da Companhia, que adequou cargos e salários e foi aplicado a partir do 2T09. O aumento para o patamar atual de capitalização ocorreu em Junho de 2009 e será um efeito recorrente no resultado da Companhia.

- *Despesa com o Fundo de Pensão*

O total de despesas com a Fundação Cesp foi de R\$ 45,3 milhões no 3T09, R\$ 21,6 milhões de acréscimo em relação ao 3T08 e estável na comparação com o 2T09. O aumento observado em relação à igual período de 2008 está em linha com os cálculos atuariais para 2009, conforme mencionado acima.

- *Despesa com acordos e condenações trabalhistas*

As discussões judiciais quando finalizadas, seja por intermédio de acordo ou condenação, são transferidas da linha "outras despesas operacionais" para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal têm efeito nulo no resultado da Companhia.

As despesas com Acordos e Condenações Trabalhistas somaram R\$ 55,3 milhões no 3T09, 4,6% (ou R\$ 2,6 milhões) inferior as despesas do 3T08, em função do pagamento de acordos com menor valor médio durante o 3T09 e pela baixa não recorrente de depósitos judiciais no valor de R\$ 11,8 milhões, referentes a processos que já haviam sido concluídos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No 2T09, as despesas alcançaram R\$ 70,3 milhões, explicadas pela baixa de depósitos judiciais no valor de R\$ 49,5 milhões, referentes a processos que já haviam sido concluídos. Descartando os efeitos não recorrentes do 2T09 e do 3T09, a despesa teria somado R\$ 20,8 milhões e R\$ 43,5 milhões, respectivamente, aumento de R\$ 22,7 milhões justificado pelo maior número de condenações pagas no trimestre.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

O grupo de Despesas com Materiais e Serviços de Terceiros somou R\$ 84,9 milhões no 3T09, 1,8% inferiores ante as despesas do 3T08, que totalizaram R\$ 86,5 milhões. No 3T09, foram registrados menores gastos com serviços de consultoria (redução de R\$ 5,8 milhões) e maiores gastos com serviços de cobrança, leitura de medidores e de corte e religa (aumento de R\$ 5,4 milhões no conjunto das contas).

Já as despesas do 3T09 ante àquelas do 2T09 apresentaram decréscimo de R\$ 0,8 milhão. Tal variação deriva da combinação entre dois efeitos não recorrentes do 2T09, a saber: (i) a despesa de R\$ 3,4 milhões com reavaliação de ativos, decorrente da finalização do processo de revisão tarifaria retroativo à 2007 que elevou os gastos com consultoria daquele período; e (ii) o impacto positivo da reclassificação de R\$ 2,6 milhões para outras despesas.

Outras despesas operacionais

Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 05 de Janeiro de 2009, a Companhia assinou acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a fim de receber débitos passados de fornecimento de energia além de outras dívidas de menor valor. O pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 117,8 milhões foi realizado em 10 de agosto de 2009, tornando efetivo o acordo.

O acordo foi reconhecido nas demonstrações de agosto de 2009, sendo R\$ 303,7 milhões como recuperação de perdas (perdas no contas a receber) e R\$ 39,7 milhões de atualização monetária. Os impactos nas demonstrações do 3T09 podem ser encontrados na tabela abaixo:

IMPACTOS DA PMSP NO RESULTADO DO 3T09	
	R\$ milhões
Despesas operacionais	76,7
Baixas (contas a receber - recuperação de perdas)	303,7
PCLD	(226,4)
Iluminação Pública	(0,6)
Ebitda	76,7
Correção do contas a receber - Variações Monetárias (Moeda Nacional)	39,7
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	116,4
Impostos e Contribuição Social Corrente	(116,7)
Impostos e Contribuição Social Diferido	77,0
Lucro Líquido	76,6

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Outras

No 3T09, as Outras Despesas Operacionais da AES Eletropaulo totalizaram R\$ 4,4 milhões, ante uma despesa de R\$ 90,6 milhões e R\$ 96,9 milhões no 2T09 e no 3T08, respectivamente. As principais despesas incluídas nesse grupo são: (a) PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) e Baixas; (b) Provisão e Reversão para contingências; (c) custas judiciais (condenações) e demais despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T08	2T09	3T09	Var (%) 3T09 x 3T08	Var (%) 3T09 x 2T09
PCLD e Baixas	34,7	39,8	(43,0)	N.D.	N.D.
Provisão (Reversão) para contingências	(4,4)	12,7	(2,2)	-48,9%	N.D.
Condenações e Acordos Judiciais	36,2	4,5	17,1	-52,7%	276,2%
Demais *	30,5	33,5	32,6	7,0%	-2,6%
Total	96,9	90,6	4,4	-95,4%	-95,1%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Quando comparamos o 3T09 com o 3T08, a queda nas despesas são explicadas, principalmente: (i) efeito positivo de R\$ 76,7 milhões referente à contabilização de parte do acordo com a Prefeitura de São Paulo em PCLD e Baixas, conforme explicado no início desta sessão; (ii) maiores provisões para processos trabalhistas, no 3T09, decorrente da mudança nas chances de perda de processos trabalhistas com decisões desfavoráveis - incremento de R\$ 11,4 milhões; e (iii) aumento, no 3T08, de R\$ 29,1 milhões nas provisões de contingências cíveis realizado para adequar as provisões pelo valor individual dos processos.

Se confrontado o resultado do 3T09 com o 2T09, além da contabilização do acordo com a Prefeitura, o efeito negativo no 2T09, de cerca de R\$ 13,0 milhões, referente à perda de liminares do Plano Cruzado, explica a variação.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

No 3T09, esta rubrica apresentou uma despesa total de R\$ 15,1 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 10,3 milhões no 2T09 e uma receita de R\$ 4,2 milhões no 3T08. Tanto no 3T09 quanto no 2T09 foram registradas desativações de ativos, logo a variação do 3T09 em relação ao 3T08 é explicada pelo ganho de R\$ 15,8 milhões na alienação de bens registrado naquele período.

EBITDA

A Companhia auferiu Ebitda de R\$ 445,1 milhões, aumento de 15,5% ou R\$ 59,8 milhões comparativamente à igual período de 2008. Esta variação resulta da combinação, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aplicação do reajuste tarifário de 2009 nas tarifas da Companhia a partir de 4 de julho de 2009; (ii) efeito positivo de R\$ 76,7 milhões, no 3T09, referente ao recebimento da primeira parcela acordo da PMSP; (iii) despesas com provisões para contingências, condenações e acordos judiciais R\$ 19,5 milhões inferiores entre os períodos; e (iv) aumento de

01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93
---------	--	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

R\$ 21,6 milhões no custo de entidade de previdência privada no 3T09, todos efeitos detalhados anteriormente.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Quando comparado ao 2T09, houve aumento de 30,3% (R\$ 103,4 milhões) no Ebitda, também explicado pelos efeitos acima, sendo que nesta comparação as despesas com provisões para contingências, condenações e acordos judiciais, contribuíram com a melhora de R\$ 17,4 milhões.

Ebitda Ajustado

No 3T09, o Ebitda ajustado atingiu R\$ 488,9 milhões, representando redução de 1,7% em relação ao 3T08. O motivo principal da redução de R\$ 8,7 milhões no Ebitda ajustado refere-se ao aumento no ajuste de custo com previdência privada e fim da recuperação da Parcela A. Esse último foi excluído da tarifa a partir de 01/05/2009.

O aumento do Ebitda entre períodos e a redução no ajuste da Parcela A explicam o aumento de 13,7%, R\$ 58,8 milhões, em relação ao 2T09.

R\$ milhões	3T08	2T09	3T09	Var (%) 3T09 x 3T08	Var (%) 3T09 x 2T09
EBITDA	385,3	341,7	445,1	15,5%	30,3%
Ajustes					
Desp. Passivo - FCESP	22,3	43,9	43,7	96,1%	-0,4%
Parcela A	90,0	44,4	-	-100,0%	-100,0%
EBITDA Ajustado	497,6	430,0	488,9	-1,7%	13,7%

Ajustes do Ebitda:

- **Despesa com Passivo - FCESP** - A administração ajusta no Ebitda as despesas referentes ao passivo com Fundação CESP (Confissão Dívida IIa e Reserva Matemática) para melhor refletir sua geração de caixa operacional.
- **Parcela A** - é efetivamente parte da geração operacional de caixa da AES Eletropaulo, no entanto é acrescida às despesas correspondentes a parcela do ativo regulatório, quando da amortização desse ativo.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido da Companhia no 3T09 foi uma receita de R\$ 8,5 milhões, enquanto no 3T08 foi observada despesa de R\$ 66,6 milhões, incremento de R\$ 75,1 milhões entre os trimestres comparados.

O resultado obtido no 3T09 representou uma melhora de R\$ 18,4 milhões em relação à despesa apurada no 2T09, de R\$ 9,9 milhões. As principais variações estão explicadas a seguir.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	3T08	2T09	3T09	Var (%) 3T09 x 3T08	Var (%) 3T09 x 2T09
TAXA DE CÂMBIO*	1,91	1,95	1,78	-7,1%	-8,9%
SELIC MÉDIA	12,89%	10,27%	8,77%	-4,12 p.p.	-1,50 p.p.
IGP-M	1,55%	-0,32%	-0,37%	-1,92 p.p.	-0,05 p.p.
IPCA	1,07%	1,32%	0,75%	-0,32 p.p.	-0,56 p.p.
IGP-DI	1,10%	-0,10%	-0,22%	-1,31 p.p.	-0,11 p.p.
TR	0,55%	0,16%	0,12%	-0,42 p.p.	-0,03 p.p.

* Final do período

Receitas financeiras

A AES Eletropaulo auferiu no 3T09, receita financeira de R\$ 61,8 milhões, 23,8% inferior à receita obtida no 3T08. Esta variação é justificada, sobretudo, pelo menor saldo médio das aplicações financeiras que passaram de R\$ 1.432 milhões no 3T08 para R\$ 1.082 milhões no 3T09. Além disso, a rentabilidade reduziu em função da queda na Selic média de 4,1 pontos percentuais entre os períodos comparados, desta forma a remuneração do 3T09 totalizou 102,6% do CDI comparada à 102,4% do CDI em igual período de 2008. Por outro lado, neste mesmo período foi registrado um aumento de R\$ 2,0 milhões referente à correção dos créditos do Finsocial.

Já em relação ao segundo trimestre de 2009 a receita financeira decresceu 11,1%. A menor rentabilidade, de 102,8% da Selic no 2T09 para 102,6% da Selic no 3T09, explica a menor receita com aplicações financeiras entre os períodos. Além disto, as outras receitas financeiras do 2T09 foram R\$ 4,3 milhões superiores às registradas no 3T09, esta variação decorre, principalmente, do efeito não recorrente no 2T09 de R\$ 6,9 milhões em função da adequação ao Pronunciamento Técnico CPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

De acordo com o Pronunciamento CPC 12 a AES Eletropaulo efetuou o Ajuste a Valor Presente sobre o crédito de ICMS oriundo da aquisição do ativo imobilizado, retroagindo ao saldo desde dezembro de 2007, sendo este crédito recuperado em 48 meses. A partir deste trimestre, o reconhecimento refere-se apenas ao montante do período seguindo o regime de competência, que totalizou R\$ 1,2 milhão, ou seja, R\$ 5,7 milhões abaixo do trimestre anterior.

Despesas Financeiras

No 3T09 foram verificadas despesas financeiras de R\$ 60,4 milhões, montante 10,8% inferior ao registrado em igual período de 2008, quando foram registrados R\$ 67,7 milhões. Esta variação é explicada, principalmente: (i) pelo decréscimo de R\$ 8,0 milhões nas despesas referentes a juros sobre PIS e COFINS que, por sua vez, deriva da queda da Selic e do menor saldo de principal a ser amortizado; e (ii) pela redução em R\$ 8,7 milhões da correção da dívida com o Banco Santos.

Em contrapartida contribuíram negativamente no 3T09: (i) as despesas de comissões com cartas de fiança que somaram R\$ 14,2 milhões no trimestre, acréscimo de R\$ 5,5 milhões ante a referida despesa no 3T08; e (ii) as despesas com operações de swap, que aumentaram R\$ 5,2 milhões entre os períodos confrontados.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Na comparação com o 2T09, quando as despesas totalizaram R\$ 57,3 milhões, o incremento foi de 5,5%. Este acréscimo deveu-se, principalmente ao aumento de R\$ 5,1 milhões com cartas de fiança, parcialmente compensado: (i) pela diminuição de R\$ 1,8 milhão decorrente da redução dos juros sobre discussões judiciais de Pis e Cofins, cuja despesa somou R\$ 9,5 milhões no 3T09 ante R\$ 11,3 milhões no 2T09; e (ii) pela menor despesa com operações de swap que no 3T09 que totalizaram R\$ 1,4 milhões, R\$ 3,7 milhões inferior as despesas registradas no 2T09, de R\$ 5,1 milhões.

Variação Monetária e Cambial Líquida

A conta de Variação Monetária e Cambial Líquida registrou receita de R\$ 7,1 milhões no 3T09 que comparada à despesa de R\$ 80,0 milhões no 3T08 revela um incremento de R\$ 87,1 milhões. Tal variação tem como principais motivos: (i) receita financeira de R\$ 39,7 milhões, proveniente de parte da parcela do acordo com a Prefeitura de São Paulo, conforme detalhado anteriormente (sessão “Outras Despesas Operacionais”); (ii) o decréscimo de R\$ 11,0 milhões nas despesas da 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures no 3T09; (iii) a redução de R\$ 6,7 milhões com despesas de variação monetária referente à dívida em dólar; (iv) a redução da despesa com variação cambial referente à compra de energia de Itaipu e CVAs correspondentes, no 3T08 foi registrada uma despesa de R\$ 21,1 milhões ante uma receita de R\$ 13,7 milhões no 3T09 (variação de R\$ 34,8 milhões); e (v) efeito negativo da reversão de R\$ 14,7 milhões referente à receita financeira na conta de depósitos judiciais.

Em relação à despesa de R\$ 22,1 milhões do 2T09, houve melhora de R\$ 29,2 milhões. As principais razões foram: (i) receita financeira de R\$ 39,7 milhões, proveniente de parte da parcela do acordo com a Prefeitura de São Paulo; (ii) a redução de R\$ 1,8 milhões referente às despesas da 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures; e (iii) o efeito negativo da reversão de R\$ 14,7 milhões referente à receita financeira na conta de depósitos judiciais.

LUCRO LÍQUIDO

A AES Eletropaulo registrou um lucro líquido de R\$ 235,3 milhões no 3T09, resultado R\$ 87,1 milhões (ou 58,7%) superior ao registrado em igual período de 2008. O desempenho é explicado essencialmente pelo efeito positivo de R\$ 76,6 milhões do acordo com a PMSP e do Reajuste Tarifário de julho de 2009, parcialmente compensados pelas maiores despesas com previdência privada. O lucro líquido aumentou 51,9% em relação ao 2T09, explicado pelos mesmos motivos acima.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de diretores, membros do Conselho da Administração e Fiscal, Controladores e Free-float (Mercado), em 30 de setembro de 2009:

Saldo em 30.9.2009

Valores Mobiliário - Saldo 30.09.2009								
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Acionistas Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.391	7,56%	7.434.391	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	0	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.576	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.182	97,84%	258	0,01%	8.168.967	8,30%	73.337.407	43,82%
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	217	0,00%	217	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.635	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.223	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%
Free-Float	1.436.635	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.263	56,18%

Saldo em 30.9.2008

Valores Mobiliário - Saldo 30.09.2008								
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Acionistas Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.577	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.183	97,84%	258	0,01%	8.168.966	8,30%	73.337.407	43,82%
Conselho de Administração	1	0,00%	0	0,00%	19	0,00%	20	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.633	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.736	91,70%	94.006.420	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%
Free-Float	1.436.633	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.736	91,70%	94.006.460	56,18%

Posição acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% por tipo ou espécie de ação, em 30 de setembro de 2009:

Participação Acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social em 30 de setembro de 2009								
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.391	7,56%	7.434.390	4,44%
Total	65.168.182	97,84%	258	0,01%	7.434.391	7,56%	72.602.830	43,39%

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária dos acionistas da Sociedade, com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física:

Composição dos acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social até o nível de pessoa física, em 30 de setembro de 2009.

AES ELPA SA - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Cia Brasileira de Energia	93.404.121	98,26%	93.404.121	98,26%
Outros	1.656.932	1,74%	1.656.932	1,74%
Total	95.061.053	100,00%	95.061.053	100,00%

Cia Brasileira de Energia - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,01%	1	0,00%	300.000.002	46,15%
BNDES Participações S.A.	300.000.000	49,99%	49.999.998	100,00%	349.999.998	53,85%
Outros	0	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Total	600.000.001	100,00%	50.000.007	100,00%	650.000.008	100,00%

AES Brasil Holdings Ltda. - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltd	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%
Total	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%

AES Brasil Holdings Ltd - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES International Holdings II	50.000	100,00%	50.000	0,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	0,00%

AES International Holdings II - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Corporation	50.000	100,00%	50.000	0,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	0,00%

BNDES Participações S.A. - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
BNDES	1	100,00%	1	100,00%
Total	1	100,00%	1	100,00%

BNDES S.A. - 30.09.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
União Federal	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%
Total	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%

Vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

São Paulo, 03 de novembro de 2009.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC SC020036/O-8 S-SP